



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V - MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**“A SENTINELA AVANÇADA DA CIVILIZAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE”:
IMPERIALISMO E NACIONALISMO NA FORMAÇÃO DO CONFLITO
PALESTINO-ISRAELENSE**

Matheus Silveira Guimarães

Orientador: Prof. Dr. Filipe Reis Melo

**João Pessoa-PB
2012**

MATHEUS SILVEIRA GUIMARÃES

**“A SENTINELA AVANÇADA DA CIVILIZAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE”:
IMPERIALISMO E NACIONALISMO NA FORMAÇÃO DO CONFLITO
PALESTINO-ISRAELENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Filipe Reis Melo

**João Pessoa-PB
2012**

G963s

Guimarães, Matheus Silveira.

A sentinela avançada da civilização contra a barbárie:
imperialismo e nacionalismo na formação do conflito
palestino-israelense / Matheus Silveira Guimarães. – 2012.

76f. : il. color

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações
Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências
Biológicas e Sociais Aplicadas, Curso de Relações Internacionais, 2011.

“Orientação: Prof. Dr. Filipe Reis Melo, Curso de
Relações Internacionais”.

1. Relações internacionais - História. 2. Imperialismo. 3.
Nacionalismo Judeu. I. Título.

21. ed. CDD 327.09

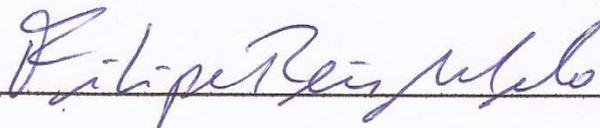
MATHEUS SILVEIRA GUIMARÃES

**“A SENTINELA AVANÇADA DA CIVILIZAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE”:
IMPERIALISMO E NACIONALISMO NA FORMAÇÃO DO CONFLITO
PALESTINO-ISRAELENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento à exigência para
obtenção do grau de Bacharel em Relações
Internacionais

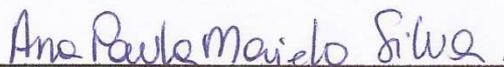
Orientador: Prof. Dr. Filipe Reis Melo

Aprovado em: 28/06/2012



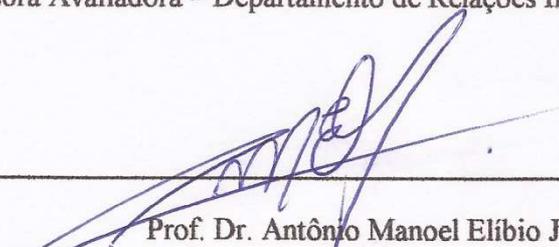
Prof. Dr. Filipe Reis Melo

(Presidente/Orientador- Departamento de Relações Internacionais/UEPB)



Profa. Dra. Ana Paula Maielo Silva

(Professora Avaliadora – Departamento de Relações Internacionais/UEPB)



Prof. Dr. Antônio Manoel Elíbio Júnior

(Professor Avaliador – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/Relações
Internacionais/ UFPE)

Dedicatória

Ao meu pai, Carlos Guimarães, e à minha mãe, Cida Guimarães, por todo apoio cedido nesses vinte e poucos anos de vida. Este trabalho só foi possível graças a vocês. As palavras são incapazes de expressar minha gratidão.

AGRADECIMENTOS

A toda população da Paraíba que, muitas vezes sem saber, contribuiu com o financiamento do meu curso. Principalmente, às pessoas mais carentes econômica e socialmente. Passei quatro anos e meio estudando em uma universidade *pública* de um Estado pobre. Disso nunca esquecerei. Talvez, nenhuma dessas pessoas chegará a ter acesso a nenhum trabalho produzido (como o meu) nesta universidade e, enquanto isso, milhões são gastos para cima e para baixo em nome de determinados interesses, sem que ao menos a população saiba ao certo como isso é feito. Isso um dia mudará.

Ao professor Filipe Reis Melo que, desde o início, me recebeu no seu grupo de estudos sobre Oriente Médio e se dispôs a me orientar neste trabalho.

À professora Ana Paula Maielo que, mesmo muito sobrecarregada, aceitou gentilmente o convite para participar da banca; e ao professor Antônio Elíbio por ter prontamente aceitado o convite e se dispôs a avaliar o trabalho.

Aos/ Às professores/as como Paulo Kulhmann, Cristina Pacheco, Eliete Gurjão e Silvia Nogueira que, no decorrer desses quatro anos e meio, me mostraram que a carreira docente pode ser feita com seriedade.

Às funcionárias técnico-administrativas da coordenação do curso de Relações Internacionais, principalmente, na figura de Kaline, sempre muito prestativa.

Às funcionárias da biblioteca, Fabíola e Isabele, que me ajudaram nesse período de curso sempre com um sorriso e uma rápida conversa nas muitas visitas à biblioteca.

A todos/as os/as amigos/as do curso que, entre conversas e partidas de dominó, fizeram esses 54 meses passarem como “tudo na vida que o tempo desfaz quando menos se quer”.

Aos amigos do GEPRI/Oriente Médio que, com a discussão dos textos nas reuniões do Grupo, ajudaram na elaboração deste trabalho.

A Luis, Suerda, Irla, Dani e todos os outros membros do grupo de Extensão “Universidade no Cristo/Rangel: a educação como geradora de segurança humana” que têm me mostrado que ainda podemos ter esperança em transformar um pouco a vida de algumas pessoas.

Aos amigos Pablo e Victor que sempre me tiraram dos estudos.

A, em especial, Kamila que, com seu sorriso lindo, tornou a elaboração deste trabalho algo muito mais leve.

RESUMO

O conflito existente na região da Palestina entre árabes e judeus tem transcorrido há décadas sem uma solução. Acordos de paz já foram pensados e assinados, mas essa questão continua sem ser resolvida. Dessa maneira, a tensão existente entre palestinos e israelenses apresenta-se como um importante objeto de pesquisa para as relações internacionais. Além de ser um dos conflitos mais tensos do sistema internacional contemporâneo, historicamente, ele tem sua origem no final do século XIX, com a formação do sionismo, movimento nacionalista judeu, e a proposta de retorno dos judeus à Palestina, considerada por esses como a “Terra Santa”. Com efeito, este trabalho tem como objetivo avaliar, em uma perspectiva histórica, o papel do sionismo e o contexto de sua constituição na formação do conflito palestino-israelense no Oriente Médio. Para alcançarmos este fim, em um primeiro momento, ressaltamos a importância da abordagem teórico-metodológica da história das relações internacionais para a análise das questões do sistema internacional contemporâneo, traçando seus principais conceitos: o sistema de causalidade e o sistema de finalidade. Este aparato conceitual deu-nos base para a pesquisa. Em seguida, contextualizamos o imperialismo e o nacionalismo na formação do conflito no Oriente Médio, percebendo-os inseridos em um *sistema de causalidade*. Por fim, identificamos as estratégias utilizadas pelos líderes sionistas na luta pela formação do Estado judeu, apontando para o *sistema de finalidade* elaborado por eles. Assim, percebemos que o sionismo teve um papel crucial na formação do conflito entre judeus e palestinos e o contexto de dominação imperialista da Europa sobre outras regiões do mundo favoreceu os sionistas no alcance de suas finalidades.

Palavras-chaves: História das relações internacionais. Imperialismo. Nacionalismo. Conflito palestino-israelense.

ABSTRACT

The conflict in the region of Palestine between Arabs and Jews for decades has elapsed without a solution. Peace agreements have been thought and signed, but this issue still unresolved. Thus, the tension between Palestinians and Israelis is presented as an important object of study for international relations. Besides being more tense conflict contemporary international system, historically, it has its origin in the late nineteenth century, with the formation of Zionism, Jewish nationalist movement, and the proposed return of Jews to Palestine, regarded by these as the "Holy Land". Thus, this study aims to understand, in a historical perspective, the role of Zionism and the context of its constitution in the formation of the Palestinian-Israeli conflict in the Middle East. To achieve this purpose, at first, we emphasize the importance of theoretical and methodological approach of the history of international relations for the analysis of issues of contemporary international system, outlining its key concepts: the system of causality and system of finality. This conceptual framework has given us the basis for research. Then, we contextualize imperialism and nationalism in the formation of the Middle East conflict, perceiving them inserted into a *system of causality*. Finally, we identify the strategies used by Zionist leaders in the struggle for the formation of the Jewish state, pointing to the *system of finality* designed for them. Thus we see that Zionism played a crucial role in shaping the conflict between Jews and Palestinians and the context of imperialist domination of Europe over other regions of the world favored the Zionists in achieving its goals.

Keywords: History of international relations. Imperialism. Nationalism. Israeli-Palestinian conflict.

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1: História das relações internacionais: conceitos e importância.....	11
1.1 <i>Tensões entre teóricos e historiadores das relações internacionais.....</i>	11
1.2 <i>A emergência da teoria das relações internacionais com pressupostos históricos.....</i>	15
1.3 <i>Traçando o objeto e definindo os conceitos.....</i>	18
Capítulo 2: Imperialismo, nacionalismo e o Oriente Médio.....	24
2.1 <i>O imperialismo no final do século XIX.....</i>	27
2.2 <i>O fenômeno do nacionalismo.....</i>	38
Capítulo 3 O estabelecimento de um objetivo e a busca pelos meios: o sistema de finalidade sionista.....	47
3.1 <i>A questão judaica.....</i>	48
3.2 <i>Sionismo: o nacionalismo judeu.....</i>	51
3.3 <i>O sionismo e o imperialismo.....</i>	58
Considerações finais.....	67
Referências.....	69
Anexos.....	73
Anexo A	73
Anexo B	74

Introdução

Na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) ocorrida em setembro de 2011, uma das temáticas mais citadas foi a inclusão do Estado palestino na Organização e o reconhecimento deste com as fronteiras anteriores a 1967¹. Os Estados Unidos (EUA) prontamente se recusaram a aceitar esta possibilidade, afirmando vetar qualquer tentativa nessa direção. Juntamente a isso, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), ao aceitar a Palestina como membro, sofreu, em outubro de 2011, retaliação dos EUA que afirmaram não repassar mais verba para a Organização². Ademais, tem sido amplamente divulgada uma campanha pelo reconhecimento do Estado palestino, mobilizando a opinião pública³.

Todos esses fatores nos permitem dizer que o conflito que mais tem causado debates no sistema internacional contemporâneo é vivenciado no Oriente Médio entre palestinos e israelenses. Esta tensa relação parece ter suas possibilidades de solução cada vez mais distantes. Dessa maneira, a análise e compreensão deste conflito devem ter uma atenção especial dos estudiosos da área das relações internacionais.

As tensões vivenciadas entre palestinos e israelenses no Oriente Médio foram construídas historicamente. Por isso, para se discutir tal conflito, faz-se necessário lançar uma reflexão às suas bases. E nesse sentido, o movimento sionista apresenta-se como importante fenômeno para sua compreensão.

Fundado nos últimos anos do século XIX, o movimento sionista surgiu com o objetivo de unir os judeus pelo mundo, pondo fim às perseguições por eles vividas após a diáspora iniciada desde a chamada Idade Média. O sionismo nasceu em um período importante para a história das relações internacionais. No auge do imperialismo europeu e em uma fase de intensificação dos movimentos nacionalistas, formou-se com marcas desses fenômenos históricos. O discurso da superioridade europeu-ocidental sobre as demais regiões do mundo e a ideia de unir um povo sob um Estado constituíram, em

¹ No ano de 1967, houve a chamada *Guerra dos Seis Dias* em que Israel confrontou-se diretamente com o Egito, país árabe mais forte no período. Nesta guerra, o Estado israelense “conquistou e ocupou a Cisjordânia (à Jordânia), a Faixa de Gaza e a Península do Sinai (ao Egito) e os montes de Golan (à Síria)” (REINHART, 2002, p.10) – e permanece em um processo de constante colonização desses territórios, constituindo um dos principais problemas que dificultam os processos de paz no Oriente Médio.

² Para ver mais sobre o corte do financiamento dos EUA para a UNESCO, ver G1 (2011) e BBC BRASIL (2011).

³ Em 2011, circulou nas redes sociais da internet uma campanha em prol do reconhecimento do Estado da Palestina. Em pouco tempo, mais de um milhão de pessoas assinaram a petição em favor da Palestina. Para mais detalhes sobre a campanha, ver Avaaz (2011).

princípio, dois fundamentais pontos das propostas sionistas e que eram bases dos discursos imperialistas e nacionalistas, respectivamente.

O recorte temporal da formação do movimento sionista até a fundação do Estado de Israel e todas suas características históricas é fundamental para a compreensão deste conflito no Oriente Médio. Assim, o objetivo deste trabalho é avaliar, em uma perspectiva histórica, o papel do sionismo e o contexto de sua constituição na formação do conflito israelo-palestino no Oriente Médio, partindo do princípio de que tanto o imperialismo como o nacionalismo foram cruciais nesse processo e, assim, indispensáveis para se pensar a situação atual da região. Isso nos permitirá compreender melhor os principais motivos que levaram Israel a se formar como um Estado forte e vinculado aos valores “Ocidentais”, o que lhe trouxe apoio das principais potências mundiais.

Este trabalho está dividido em três partes. O primeiro capítulo pretende ressaltar a importância da abordagem teórico-metodológica da história das relações internacionais para a análise das questões do sistema internacional contemporâneo, traçando seus principais conceitos. No segundo capítulo, iremos contextualizar o imperialismo e o nacionalismo na formação do conflito no Oriente Médio, percebendo-os inseridos em um *sistema de causalidade*. Por fim, identificaremos as estratégias utilizadas pelos líderes sionistas na luta pela formação do Estado judeu, apontando para o *sistema de finalidades* elaborado.

Capítulo 1- História das relações internacionais: conceitos e importância

1.1 Tensões entre teóricos e historiadores das relações internacionais

É perceptível no decorrer do debate na disciplina das relações internacionais um frequente distanciamento entre teóricos e historiadores. Comumente, podemos identificar, por parte de estudantes, certa resistência para compreender e pesquisar a história das relações internacionais. Alguns pesquisadores e estudantes esquecem, todavia, que ambas – teoria e história – têm muito a acrescentar-se mutuamente.

Brunello Vigezzi afirma existir, muitas vezes, da parte dos historiadores uma recusa na utilização de modelos teóricos e, em contrapartida, os teóricos acreditavam ser a história algo superado e dispensável para o estudo das relações internacionais. Assim, Vigezzi destaca dois estereótipos construídos nesse debate: por um lado, os teóricos viam a história como algo restrito à chamada “história diplomática”, que estaria presa ao passado. Os historiadores teriam uma dificuldade em lidar com problemas voltados à contemporaneidade e os acontecimentos atuais não estariam no campo de pesquisa da história. Esta seria apenas um instrumento para verificar determinadas hipóteses teóricas. Por outro lado, muitos historiadores acreditavam que os teóricos das relações internacionais se enquadravam no modelo das ciências naturais, não percebendo as mudanças do sistema internacional. Para os historiadores, o campo da história das relações internacionais teria um caráter específico, havendo uma grande distância entre esta área de estudo e a teoria (VIGEZZI, 2000).

Dessa maneira, nem os historiadores utilizariam conceitos teóricos das relações internacionais para fazerem suas análises, nem os teóricos perceberiam na história algo fundamental para que suas teorias fossem bem elaboradas. Como apontam Barry Buzan e Richard Little:

Until recently, mainstream IR theorists have shown virtually no interest in examining international relations from a world historical perspective, nor have world historians shown much inclination to use an international systems framework to analyse world history (BUZAN; LITTLE, 2000, p. 3).

Esse embate, muitas vezes tenso, fez com que:

o lugar da história nos estudos das relações internacionais é [fosse] incômodo. Isto ocorre por razões teóricas, práticas e profissionais. No primeiro caso, as relações internacionais buscam diferenciar-se como

uma esfera conceitual distinta de estudo e, nos demais, anseiam em definir-se em oposição à abordagem ideológica da história diplomática e do seu fetiche por arquivos e datas (HALIDAY, 1999, p.76).

O que ocorreu diversas vezes foi que, na tentativa de construir um quadro conceitual bem elaborado, os teóricos esqueceram-se (ou deixaram-se esquecer) de levar em consideração aspectos empíricos, a partir do estudo de fatos ocorridos no cenário internacional. Com efeito, muitas elaborações conceituais tornaram-se apenas modelos teóricos que não cabem mais na realidade. Propuseram-se a criar quadros absolutos e imutáveis, não se dando conta de que o mundo está em constante transformação.

Desde o início do debate teórico das relações internacionais, essa crítica já era feita. No chamado primeiro grande debate⁴, Edward Carr critica a postura “idealista” de alguns dos primeiros pensadores da política internacional por eles fazerem muitas abstrações e esquecerem a realidade⁵. No decorrer de sua obra mais conhecida na disciplina, Carr acusa a separação existente entre a teoria e a prática, apontando para a necessidade de “demolir o conceito utópico de um padrão *fixo e absoluto*” (CARR, 2001, p.99, *grifos nossos*).

Mais tarde, nas décadas de 1970 e 1980, a discussão teórica das relações internacionais continuou presa nessas mesmas abstrações e valores absolutos. Assim, não podemos deixar de citar o debate entre neo-realistas e neoliberais. Surgido em plena Guerra Fria, o chamado debate neo-neo se insere na tentativa de tornar cada vez mais científico o conhecimento acerca do cenário internacional, diante da necessidade de construir uma maior previsibilidade para os tomadores de decisão de política externa (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.5-6). Diante desse contexto, muitos teóricos começaram a criticar o papel exercido pelo realismo, principal corrente teórica da disciplina até então. Dessa maneira, Kenneth Waltz (2002) publica em 1979⁶, *Teoria das relações internacionais* com objetivo de criar uma teoria das relações

⁴ Sobre o primeiro grande debate das relações internacionais, ver Nogueira e Messari (2005, p.4).

⁵ Já na epígrafe de seu livro, Carr faz duas citações de Francis Bacon onde podemos identificar esta crítica: “Os filósofos elaboram leis imaginárias para comunidades imaginárias, e seus discursos são como estrelas que dão pouca luz por estarem altas demais” (BACON apud CARR, 2001) e “Os caminhos para o poder humano e para o conhecimento humano correm lado a lado e são quase os mesmos; não obstante, por conta do inveterado e pernicioso hábito de insistir nas abstrações, é mais seguro começar e desenvolver as ciências dos fundamentos que têm relação com a prática, e deixar a parte ativa ser como o selo que se imprime e determina a contrapartida contemplativa” (BACON apud CARR, 2001).

⁶ A primeira edição desta obra é de 1979. Todavia, utilizamos a edição portuguesa de 2002.

internacionais, tornando-a reconhecidamente científica e reenfatizando os principais conceitos realistas como *soberania e anarquia*.

Na tentativa de reelaborar o pensamento realista, Waltz propôs um modelo de análise sistêmica das relações internacionais, caracterizando o chamado neo-realismo ou realismo estrutural como um modelo de interpretação do cenário internacional, fundado em leis, estruturas e sistema. Para ele, “as relações internacionais só podem ser entendidas através de algum tipo de teoria sistêmica” (WALTZ, 2002, p.115). O sistema seria determinado por dois componentes: a estrutura e as unidades em interação. Estas seriam os Estados. Aquela estaria baseada “no facto das unidades justapostas e combinadas de forma diferente produzirem diferentes resultantes” (WALTZ, 2002, p.116).

O principal motivo para sua elaboração teórica era buscar leis que “movessem” as relações internacionais e, assim, Kenneth Waltz afastou ao máximo que pôde a história da teoria. As leis, para ele, se caracterizam pela repetição, o que tornam as coisas previsíveis. “Uma lei baseia-se não só numa relação que foi encontrada, mas numa que foi encontrada repetidamente” (WALTZ, 2002, p.14). Ele nega a possibilidade de a pesquisa empírica ser capaz de permitir a elaboração teórica, isso porque “o conhecimento empírico é muito problemático. A experiência engana-nos muitas vezes” (WALTZ, 2002, p.18).

Todo esse modelo construído pelo teórico estadunidense desumaniza os estudos das relações internacionais. Como seu foco era apenas a estrutura, qualquer aspecto que fuja à definição estrutural é, imediatamente, omitido, como o próprio Waltz admite:

A definição tripartida de estrutura inclui apenas o que é requerido para mostrar como as unidades de um sistema são posicionadas ou organizadas. Tudo o resto é omitido. A preocupação pela tradição e a cultura, a análise do carácter e personalidade dos actores políticos, a ponderação dos processos políticos conflictuosos e acomodaticios, a descrição da feitura e execução da política – todos esses assuntos são deixados de lado. A sua omissão não implica a sua falta de importância. São omitidos porque queremos descobrir os efeitos esperados da estrutura e do processo na estrutura (WALTZ, 2002, p.117-118).

Essa desumanização se intensifica quando percebemos que a ideia de estrutura em Waltz, como em vários outros estruturalistas, não permite a ação dos agentes, pois ela a “constrange, limita e orienta” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.43). Há, destarte, uma noção determinista das ações dos Estados, estes sempre constrangidos pela estrutura.

Na década de 1980, os conceitos trabalhados por Waltz, como segurança e poder, assumiram papel protagonista no cenário internacional após a invasão do Afeganistão pelos soviéticos, reacendendo as disputas na Guerra Fria. Como resposta a isso, teóricos da tradição liberal propuseram uma nova interpretação para as relações internacionais, focando na possibilidade de cooperação entre os Estados. Foi nesse sentido que surgiu a corrente chamada de institucionalismo neoliberal das relações internacionais. Estes autores fizeram uma forte crítica ao pensamento waltziano, dando início ao famoso debate neo-neo.

Um dos exemplos dessas críticas foi o livro organizado por Robert Keohane, *Neorealism and its critics (1986)*. Importantes estudiosos das relações internacionais publicaram artigos sobre os trabalhos de Kenneth Waltz – como ele próprio também publicou – nesse livro. Uma crítica comum a Waltz é feita sobre sua dificuldade em compreender as mudanças internacionais e, como aponta Keohane na apresentação da obra, o “Neorealism, in the view of its more severe critics, ignores both history and human subjectivity” (KEOHANE, 1986, p.20).

Apesar dessas críticas, muitos estudiosos neoliberais também esqueceram a importância da história e, ao fazerem suas análises, se prenderam a modelos e quadros teóricos que acabaram por fugir da realidade. Este foi o caso, por exemplo, do próprio Robert Keohane que publicou com Robert Axelrod o importante artigo *Achieving Cooperation under Anarchy: Strategies and Institutions (1985)*. Eles partem do princípio de que as decisões do Estado estão baseadas na teoria da escolha racional⁷. A teoria dos jogos assumiria um papel fundamental na proposta da cooperação em meio ao ambiente anárquico dos neoliberais. A partir da metáfora dos jogos, o objetivo era provar que a cooperação era o caminho mais racional e inevitável para a própria sobrevivência dos Estados. Por isso, a teoria dos jogos como “Dilema do prisioneiro”, “Stag Hunt” e “Chicken”, por exemplo, são citados por Keohane e Axelrod em seu artigo.

Com efeito, podemos perceber que por um tempo houve de maneira mais intensa uma discrepância entre pressupostos históricos e formulações teóricas. Após todo esse debate, a história e a teoria das relações internacionais passaram a se aproximar. Os historiadores e os teóricos começaram a perceber que as duas áreas eram

⁷ Mais sobre a teoria da escolha racional e seu impacto na ciência política, ver FERREJOHN; PASQUINO, 2001.

complementares e não excludentes. Por que isso aconteceu? Porque ambos atentaram que:

Mesmo utilizando métodos de reflexão diferentes, ambos [teóricos e historiadores] têm a dizer sobre a globalização do presente, a integração econômica de ordem planetária, o recrudescimento das crises nacionalistas, as novas guerras, o terrorismo, o atraso econômico e as assimetrias internacionais, as novas coalizões de países interessados em desbloquear o protecionismo das economias do centro do capitalismo, o peso das heranças histórica no tempo presente, a força da cultura nas relações internacionais, entre tantos outros temas (SARAIVA, 2007, p.2).

Assim, a história passou a assumir um papel de profunda importância (apesar de algumas resistências) para a disciplina das relações internacionais e não pode ser distanciada das discussões teóricas. Na verdade, como defende José Flávio Saraiva, historiadores fazem teorias ao pensar conceitos com bases empíricas e teóricos fazem história ao buscar confirmações para suas hipóteses (SARAIVA, 2007, p.6). Defendemos, assim, que “inexiste teoria consistente nas relações internacionais se ela não apresenta uma boa sustentação histórica” (SARAIVA, 2007, p. 5). E não podemos fazer uma análise histórica sem pensarmos conceitos. Mas essa conclusão só pôde ser tirada a partir de vários trabalhos de teóricos-historiadores do final do século XX que permitiram essa aproximação entre história e teoria das relações internacionais. Pois, apesar de essa aproximação ser mais recente, alguns autores já atentavam para isso.

1.2 A emergência da teoria das relações internacionais com pressupostos históricos

A partir da década de 1990, a história das relações internacionais como um importante método para o estudo do cenário internacional ganha mais força e se aproxima ainda mais dos estudos teóricos. A atualidade nos apresenta boas perspectivas para o estudo histórico das relações internacionais.

Esta [história das relações internacionais] se apresenta, hoje, como uma das mais consistentes metodologias para a circunscrição dos problemas apresentados pelas mudanças cada vez mais velozes da vida internacional (SARAIVA, 2007, p.9).

Contudo, para se chegar até essa situação de aceitação da importância da abordagem histórica, o caminho percorrido foi longo e pouco fácil. Como destacamos anteriormente, a história, juntamente com a teoria, buscavam espaços na disciplina de

relações internacionais. Na virada do século XX para o século XXI, a situação começou a mudar.

A queda do muro de Berlin, ocorrida em 1989, apresenta-se hoje como um marco histórico de profunda importância, interferindo diretamente no debate teórico das relações internacionais. O mundo mudava, mas muitos modelos de análise intransigentes não conseguiam acompanhar tais transformações. O declínio da União Soviética (URSS) e, respectivamente, o fim da Guerra Fria, colocou em questão as principais teorias construídas no bojo da disciplina.

O realismo e suas vertentes remodeladas como o neo-realismo já não conseguiam se apropriar de seus conceitos e modelos para explicar a nova realidade que se configurava. Na verdade, passava longe das análises dos teóricos dessa corrente a possibilidade de fim do conflito ideológico formado desde o pós-Segunda Guerra Mundial.

Da mesma maneira, as correntes teóricas da tradição liberal também se encontravam engessadas com as novas reviravoltas do cenário internacional. Todas essas teorias ainda estavam presas à lógica bipolar da Guerra Fria e não conseguiram ser hábeis o suficiente para perceber as mudanças no tempo.

Em linhas gerais, o que ocorreu foi que “parte das teorias e os modelos adotados na construção do conhecimento da vida internacional do período da Guerra Fria perderam consistência explicativa na passagem do milênio” (SARAIVA, 2007, p.7). Isso porque houve (e ainda há, em certa medida) uma negação da historicidade nos estudos das relações internacionais. O que tinha acontecido até então foi “uma reafirmação de verdades e, no caso das novas teorias, um mergulho na confusão, rodeios gerados pela introspecção acadêmica e uma negação do significado e dos desafios da história” (HALIDAY, 1999, p.37). Devemos admitir, entretanto, que apesar desse contexto que abriu brechas para a contestação dessas teorias, elas continuaram muito fortes.

Em um grande esforço teórico, Jean-Baptiste Duroselle (2000) publicou, poucos anos antes do declínio do império soviético, *Todo império perecerá: teoria das relações internacionais*⁸ com o intuito de reduzir essas distâncias entre história e teoria das relações internacionais. O historiador francês fez um grande exercício de aliar uma consistente elaboração de conceitos a partir de um forte trabalho empírico. O seu

⁸ A primeira edição desta obra é datada de 1984, poucos anos antes da queda do muro de Berlin. Utilizamos a edição brasileira de 2000.

propósito era criar uma teoria com pressupostos históricos como uma maneira de responder a todos esses problemas anteriormente citados.

Para isso, J.B. Duroselle parte do princípio de que as ciências humanas não podem seguir as mesmas linhas das ciências naturais e buscar uma “verdade científica objetiva”. Pelo contrário. As ciências humanas, por trabalhar com a complexidade do ser humano, devem agir no âmbito do racional e do irracional (DUROSELLE, 2000, p.21). Os teóricos, assim, pecam em buscar “modelos construídos artificialmente”, “quanto mais eles constroem abstrações sem conhecimentos dos processos reais, mais se tem a impressão de um castelo de cartas, varrido pelo mais fraco dos ventos” (DUROSELLE, 2000, p.24). A única solução para esse problema seria uma aproximação dos acontecimentos, dando base empírica às conceituações.

Ressalte-se que essa perspectiva de análise das relações internacionais já vinha se desenvolvendo muitos anos antes deste livro ser lançado. Na década de 1950, Pierre Renouvin começou a trabalhar com este enfoque e pensar em conceitos importantes como o de “forças profundas”⁹.

Ambos, Renouvin e Duroselle (1967), lançaram um livro em parceria, *Introdução à história das relações internacionais*, em que tais conceitos são trabalhados mais detalhadamente e que já apontava para a elaboração de uma teoria baseada na história. Para os autores, até então, “os exemplos históricos foram invocados apenas para fornecer um ponto de apoio a essas reflexões teóricas” (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p.7). A proposta era:

Em vez de procurar na história um elemento de sustentação a conceitos já elaborados, acreditamos fôsse mais sensato investigar o passado, a fim de estabelecer as constatações permitidas pelo estudo dos documentos, poderemos assim, é certo, fornecer materiais ou motivos de reflexão aos teóricos das relações internacionais, mas levamos a cabo nossas pesquisas sem nos deixar guiar por este tipo de preocupações (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p.8).

Dever-se-ia, então, partir não do abstrato para o concreto, mas sim fazer o caminho inverso, desde o concreto elaborar conceitos.

Apesar dessa questão já está posta nas décadas de 1950 e 1960, apenas em *Todo império perecerá*, Duroselle (2000) sistematizou a proposta de uma teoria das relações

⁹ Explicaremos adiante com mais detalhes este conceito.

internacionais baseada em pressupostos históricos e tornou, assim, esta obra um marco para o estudo da teoria e da história das relações internacionais.

Não queremos defender aqui que a teoria proposta por Duroselle seja ausente de problemas. Longe disso. Entretanto, acreditamos que seus principais conceitos pensados nos ajudam a compreender o conflito no Oriente Médio entre palestinos e israelenses em uma perspectiva histórica, como tentaremos demonstrar. Desta teoria, surgiram dois conceitos fundamentais para nossa pesquisa.

1.3 Traçando o objeto e definindo os conceitos

Como, afinal de contas, este aporte teórico-metodológico baseado em pressupostos históricos nos ajudaria a compreender o conflito mais tenso e antigo do sistema internacional contemporâneo vivido entre palestinos e israelenses?

Ora, como afirmou Estevão Martins, “é forçoso admitir que não há quem nasça em um mundo sem história. A essa história também pertence as relações internacionais” (MARTINS, 2007, p. vii) e, para que possamos compreender o mundo atual, devemos lançar luz ao nosso passado. Segundo o mesmo autor, “o tempo em que a ação dos indivíduos e sociedades realiza-se hoje está preenchido pelo fazer e pelo pensar das gerações que a antecedem” (MARTINS, 2007, p.viii).

Um dos conflitos mais tensos e o mais antigo do sistema internacional contemporâneo encontram-se no Oriente Médio entre judeus e palestinos. Um dos atores principais que motivam as relações de tensão no Oriente Médio é o Estado judeu de Israel, criado em 1948 e, no mesmo ano, reconhecido pela ONU. A política assumida pelo governo israelense de expansão dos seus territórios, colonizando as terras palestinas, é o maior alvo de crítica do povo palestino que se diz oprimido pelos judeus.

O Estado israelense é hoje financiado e apoiado pelos EUA, tendo assim uma força bélica invejável e desproporcional aos seus vizinhos. Israel chega a receber “por ano cerca de US\$ 3 bilhões em assistência direta, aproximadamente um quinto do orçamento de ajuda externa, e cerca de US\$ 500 por ano para cada israelense” (MEARSHEIMER; WALT, 2006, p. 44). Esse apoio não se resume apenas ao aspecto

econômico, mas também em “apoio diplomático permanente” e liberdade para a utilização deste auxílio econômico para fins militares próprios¹⁰.

Além desse suporte político, militar e econômico oferecido pelos EUA, Israel possui uma aproximação muito grande com os valores ocidentais e, em contrapartida, “o mundo ocidental sente grande empatia para com as dificuldades de Israel” (REINHART, p.25, 2002). Essa aproximação acaba trazendo este conflito para um plano também cultural, vindo à tona a dicotomia “Ocidente x Oriente”.

A aproximação de Israel com o chamado mundo ocidental não se deu de maneira casual. O movimento sionista, principal movimento que permitiu a organização e formação do Estado judeu, formou-se nos últimos anos do século XIX. Neste período, o mundo estava vivenciando o auge do imperialismo e sob uma forte influência dos movimentos nacionalistas na Europa. O sionismo surgiu, assim, a partir desses dois fenômenos vinculados a interesses do “mundo ocidental” e utilizou-se deles para conseguir implementar seu principal objetivo: a formação de um “lar judeu”.

Este objetivo foi alcançado e, desde então, o Estado israelense tem se posicionado em constante ofensiva em direção aos palestinos, desrespeitando algumas deliberações internacionais¹¹. Desde 1948, os judeus avançam em direção aos territórios que, em princípio deveriam pertencer aos palestinos e, apesar de várias críticas e reações da parte da ONU¹², os israelenses não sofrem sanções e continuam em sua expansão sem nenhuma ação efetiva dos demais países “ocidentais” para evitar isso.

Tal expansão veio acompanhada, necessariamente, da expulsão dos palestinos de suas casas. Segundo Tanya Reinhart, “só durante a guerra ocorrida em 1948, mais de metade da população palestina da época – 1 380 000 pessoas – foi expulsa da sua pátria pelo exército israelita” (REINHART, 2002, p.9). Esse número aumentou consideravelmente após a *Guerra dos Seis Dias* e “actualmente [2002], cerca de tres milhões de palestinos vivem ainda nestas duas zonas [Faixa de Gaza e Cisjordânia], sob ocupação israelita e rodeados por colonatos israelitas construídos na sua terra” (REINHART, 2002, p.10).

¹⁰ Segundo Mearsheimer e Walt “A maioria dos que recebem ajuda para propósitos militares deve gastá-la toda nos Estados Unidos, mas Israel é autorizado a usar cerca de 25% de sua dotação para subsidiar sua própria indústria de defesa” (MEARSHEIMER; WATL, 2006, p.44).

¹¹ As fronteiras de Israel, principalmente depois de 1967, estão em constante avanço. Ver anexo A.

¹² A Resolução 194 determina o direito dos refugiados palestinos retornarem às suas terras natais (ONU, 1948). A Resolução 242 do Conselho de Segurança, por sua vez, exige a retirada das forças armadas israelenses de todas as áreas ocupadas na guerra de 1967 (ONU, 1967).

A década de 1990 foi marcada pelo processo de negociações de paz na região do Oriente Médio. Desde Oslo (1993) até Camp David (2000) as idas e vindas das negociações fizeram muitas pessoas acreditarem na possibilidade da construção da paz na região. O fracasso fez quase todas as esperanças acabarem. O que percebemos são ocupações militares, expansão dos colonos e miséria entre os palestinos.

Uma possível solução para o problema, para muitos, seria a construção de um Estado da Palestina após a retirada dos israelenses dos territórios ocupados, respeitando a proposta da Resolução 181 da ONU de 1947¹³. Entretanto, a última tentativa de criação desse Estado está emperrada no Conselho de Segurança das Nações Unidas¹⁴.

Ou seja, o cenário internacional nos apresenta um problema de difícil resolução que se estende há um longo tempo e tem promovido confrontos diretos e inúmeras mortes. Cabe a nós (que fazemos parte das universidades e que nos propomos a pensar as relações internacionais) estudarmos melhor esse conflito a fim de apresentar alternativas viáveis. Como fazê-lo? Nesse sentido devemos destacar a importância de uma análise histórica que nos permita perceber como esse conflito se formou, quais as mudanças e permanências até hoje vividas. Assim, destacamos dois conceitos criados e desenvolvidos pelos teóricos-historiadores franceses acima citados e que são fundamentais para esse intuito: *sistema de causalidade* e *sistema de finalidades*.

Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, após ampla pesquisa, chegaram à conclusão de que as relações internacionais devem ser estudadas a partir das ações dos Estados que são definidas pelos líderes e chefes de Estado e estes, por sua vez, sofrem interferência de uma série de fatores. Suas escolhas não são aleatórias e, geralmente, levam em consideração “as condições geográficas, os movimentos demográficos, os interesses econômicos e financeiros, os traços da mentalidade coletiva, as grandes correntes sentimentais” (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p.6). Estes fatores são conhecidos como *forças profundas*, componente do *sistema de causalidade*.

O *sistema de causalidade* é definido pelas forças, que seriam as ações das coletividades. Estas, em linhas gerais, se dividem de duas formas: as forças organizadas e as forças profundas. As primeiras se apresentam de maneira “clara e organizada”,

¹³ Discutiremos esta Resolução mais adiante. É muito comum lermos especialistas defenderem a criação de dois Estados na região como primeiro passo para a solução do problema. Como exemplo ver Oz (2004, p.66), Reinhart (2002, p.207-208), Bishara (2003, p.182), Chomsky (1997, p.180). Outros autores se contrapõem a esta tese e defendem que a solução para o problema na Palestina seria a criação de um único Estado para judeus e árabes. Exemplos desta segunda corrente são Abunimah (2006) e Schoenman (2008).

¹⁴ Hoje o pedido de criação do Estado da Palestina encontra-se no conselho de Segurança da ONU.

exercendo apenas pressão sobre os líderes políticos. As segundas, por sua vez, são “maciças, difusas e obscuras”, atuando com uma pulsão. As forças profundas, assim, caracterizam-se pela espontaneidade e falta de controle (DUROSELLE, 2000).

Dois importantes nomes da história das relações internacionais no Brasil, Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (1986), em seu livro *A política externa brasileira* definem forças profundas como uma

categoria explicativa introduzida por Renouvin e Duroselle como determinação histórica. Sua natureza pode ser de ordem econômica, social, demográfica, mental ou psicológica. As forças profundas devem ser identificadas empiricamente, e sua relação com a decisão política demonstrada (CERVO; BUENO, 1986, p.88, grifo nosso).

As forças profundas podem ser expressas de várias maneiras. Duas delas são em suas características econômicas e morais/valores. Duroselle (2000) apresenta a economia como uma força de extrema importância para as transformações do mundo. Os valores surgem também como uma força quando “são idéias, ou sistema de idéias pelos quais, com maior ou menor entusiasmo, o homem está pronto para sacrificar seu interesse pessoal” (DUROSELLE, 2000, p.178).

Em *Introdução à história das relações internacionais*, Renouvin e Duroselle (1967), ao tratarem das forças profundas, dedicam boa parte do espaço para discutir as forças econômicas, na qual o imperialismo assume um papel crucial no final do século XIX e início do XX, e para as forças morais e psicológicas, sendo o nacionalismo a maior expressão disso¹⁵.

O *sistema de finalidades*, por sua vez, foca-se não nas ações externas, mas nos líderes, no “homem de Estado”, como destacam Renouvin e Duroselle (1967). O pressuposto inicial para este conceito é de que qualquer ser humano pensa sobre sua vida e traça planos e formas de alcançar seus objetivos. Para Jean-Baptiste Duroselle:

O líder age exatamente do mesmo modo, porém, por deter o poder, tais projetos e cálculos não atingem somente a ele, mas também coletividades humanas, muitas vezes intensas, são afetadas. [...].
O líder de uma comunidade sonha com o futuro, tenta moldá-lo, calcula uma ordenação de objetivos, de meios e riscos. Isso feito, ele se

¹⁵ Na obra em parceria, Renouvin ficou responsável por discutir “as forças profundas” enquanto Duroselle se deteve a escrever sobre “o Homem de Estado”. Na primeira parte, sobre as “Forças profundas”, de um total de cerca de 300 páginas, Renouvin dedica em torno de 110 páginas para as forças econômicas e 78 páginas para discutir o nacionalismo como uma força. Ou seja, mais de 60% da primeira parte da obra dos historiadores franceses foca-se nos fenômenos citados, ressaltando a importância destes para o estudo das relações internacionais, principalmente no período da virada do século XIX para o século XX.

empenha em uma estratégia de ação. É o que chamamos nas relações internacionais de sistema de finalidades” (DUROSELLE, 2000, p.99).

Deste modo, podemos inferir que a compreensão das relações internacionais deve levar em consideração dois aspectos: as forças e as finalidades. Ambas se articulam e, assim, temos líderes traçando objetivos e calculando os meios para alcançá-los, que só é permitido de acordo com as forças.

Digamos, para simplificar, que o estudo das relações internacionais é impossível se não estudarmos cada situação, cada mecanismo, sob dois ângulos: da finalidade (aquele que dispõe de um poder se propõe a atingir tais objetivos e tenta realizá-lo) e da causalidade (as coletividades humanas de todas as dimensões exercem confusamente forças cuja resultante modifica os acontecimentos (DUROSELLE, 2000, p. 44)¹⁶

Cabe destacar aqui que, mesmo o Estado judeu sendo fundado apenas em 1948, acreditamos que os líderes do movimento sionista podem ser considerados atores responsáveis por traçar um sistema de finalidades. Isso porque, apesar da ênfase dada ao “homem de Estado”, Duroselle admite, em *Todo império perecerá*, outros componentes das relações internacionais. Dentre eles estão os pequenos grupos sociais, as comunidades intermediárias, os Estados e as comunidades plurinacionais (DUROSELLE, 2000). Percebemos o movimento sionista como uma comunidade intermediária, pois é um grupo numeroso em que nem todos os membros se conhecem necessariamente. Este grupo definiu, como veremos, um objetivo da construção de um Estado, buscando os meios necessários para tal e agindo de acordo com as forças profundas. Ademais, por um tempo, as lideranças judaicas tinham uma espécie de “governo informal” no período anterior à criação de Israel.¹⁷

No nosso trabalho, temos dois grandes focos: o imperialismo e nacionalismo como forças profundas do final do século XIX e início do século XX; e o movimento

¹⁶ Esses dois elementos são cruciais para qualquer análise do cenário internacional. Na verdade, “As duas categorias convergem em sua função explicativa, frequentemente, quando as necessidades – de natureza econômica sobretudo, mas, em menor escala, demográficas, geográficas, culturais ou psicológicas – se relacionam diretamente aos desígnios, metas ou objetivos que o Estado estabelece externamente” (CERVO; BUENO, 2008, p. 12).

¹⁷ O *Yichuv* era a “comunidade judaica da Palestina antes da criação do Estado de Israel” (VIDAL, 2002, p.25). Graças a Declaração de Balfour o *Yichuv* assume um caráter de “um Estado dentro do Estado” (VIDAL, 2002, p.42). Iremos discutir esta questão mais adiante, mas a partir daqui já podemos perceber que os judeus já se organizavam de uma maneira bem próxima a um Estado, podendo seus líderes serem analisados como “homens de Estado” aos moldes que propõem Renouvin e Duroselle.

sionista traçando seus cálculos e objetivos. Como eles se caracterizam como *sistemas de causalidades e finalidades*?

Iremos trabalhar a partir da perspectiva de que o imperialismo e o nacionalismo apresentavam-se na virada do século XIX para o XX como “forças profundas” nas relações internacionais de caráter “econômico” e “valorativo”, respectivamente, sendo caracterizando um *sistema de causalidade*. Diante dessas forças profundas, os líderes sionistas definiram objetivos, ao buscar meios e calcular riscos, traçando um *sistema de finalidades*. Em seguida, abordaremos mais especificamente o imperialismo e o nacionalismo, aplicando os conceitos trabalhados.

Capítulo 2- Imperialismo, nacionalismo e o Oriente Médio

14 de maio de 1948 é considerado para os israelenses o marco da independência do país. Nesse mesmo ano, Israel foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas e a ela integrado como país-membro. No ano anterior, porém, a ainda recém criada Organização tinha começado a discutir o problema existente na Palestina que estava sob administração britânica. A carta da ONU definia como seu propósito primeiro a manutenção e promoção da paz¹⁸ e sendo a região palestina bastante tensa, as Nações Unidas logo se voltaram para a tentativa de construção de alternativas para o desenvolvimento da paz no Oriente Médio. As discussões culminaram na Resolução 181 que, dentre outras questões, determinava a divisão dos territórios em dois Estados: um judeu e um palestino.

A dita Resolução admite a situação na Palestina como ameaça à paz internacional, sendo “susceptible de menoscabar el bienestar general y las relaciones amistosas entre las naciones” (ONU, 1947, p.74) e, para que isso fosse evitado, propõe a criação de “Los Estados independientes árabe y judío y el Régimen Internacional especial para la Ciudad de Jerusalén, [...], empezarán a existir dos meses después de concluido el retiro de las fuerzas armadas de la Potencia Mandataria [Grã-Bretanha]” (ONU, 1947, p.75). Assim, havia uma recomendação da ONU para a criação de dois Estados, além de um regime internacional para a cidade de Jerusalém após a saída da Grã-Bretanha da região.

¹⁸ De acordo com a carta das Nações Unidas:

Los propósitos de las Naciones Unidas son:

- 1. **Mantener la paz y la seguridad internacionales**, y con tal fin: tomar medidas colectivas eficaces para prevenir y eliminar amenazas a la paz, y para suprimir actos de agresión u otros quebrantamientos de la paz; y lograr por medios pacíficos, y de conformidad con los principios de la justicia y del derecho internacional, el ajuste o arreglo de controversias o situaciones internacionales susceptibles de conducir a quebrantamientos de la paz;
- 2. **Fomentar entre las naciones relaciones de amistad basadas en el respeto al principio de la igualdad de derechos y al de la libre determinación de los pueblos, y tomar otras medidas adecuadas para fortalecer la paz universal;**
- 3. **Realizar la cooperación internacional** en la solución de problemas internacionales de carácter económico, social, cultural o humanitario, y en el desarrollo y estímulo del respeto a los derechos humanos y a las libertades fundamentales de todos, sin hacer distinción por motivos de raza, sexo, idioma o religión; y
- 4. Servir de centro que armonice los esfuerzos de las naciones por alcanzar estos propósitos comunes. (ONU, 1946, *grifos nossos*).

Entretanto, o que estabelecia a Resolução 181 das Nações Unidas não se concretizou. O mesmo 14 de maio foi um marco não no processo de transição para o que a ONU tinha determinado, mas nas intensificações dos ataques dos israelenses em relação aos palestinos¹⁹.

Diante dessa situação, cabe-nos perguntar: por que o Estado de Israel foi criado e aceito pela ONU em detrimento do Estado palestino? Por que, hoje, Israel apresenta-se como uma grande potência militar na região? As possíveis respostas para tais perguntas só podem ser encontradas a partir de um estudo acerca do contexto do final do século XIX e de como o movimento sionista utilizou-se das condições históricas para implementar seus objetivos. Cabe destacar que o período final do Oitocentos é bastante interessante para o estudo das relações internacionais e fundamental para a compreensão do século XX.

A partir da década de 1870, o capitalismo entrou em crise e uma das alternativas encontradas para saná-la foi a expansão dos mercados para outras regiões como África e Ásia. As consequências desta expansão europeia não foram apenas econômicas, mas se apresentaram também em seus aspectos político-estratégicos e ideológicos. A região do Oriente Médio não ficou fora dos interesses europeus que começaram a exercer domínio na região desde a década de 1880 com disputas entre a França e a Inglaterra por influência sobre o Egito, que se apresentava como um país interessante do ponto de vista estratégico devido ao Canal de Suez. O domínio se completou após o fim da Primeira Guerra Mundial com a desintegração do Império Otomano e o exercício do Mandato britânico sobre as regiões da Palestina. Inspirados pela ideia de superioridade da “civilização” (Europa) em relação aos povos “bárbaros” (não-europeus), as potências vencedoras da “Grande Guerra” concluíram o processo de divisão do mundo, repartindo o Oriente Médio entre si, com o discurso de que deveriam “proteger” tais nações não

¹⁹ Durante muito tempo, a “historiografia tradicional” do Estado israelense omitiu (ou distorceu) as causas das primeiras migrações palestinas. Segundo esta historiografia, os árabes tinham se retirado da região Palestina porque eles próprios assim quiseram (VIDAL, 2002). Todavia, surgiu, nos últimos anos, um grupo de historiadores, auto-intitulados “novos historiadores” que dizem ter por objetivo colocar “Israele affronta il suo pasato” (MORRIS, 2005). Um dos principais autores dessa corrente é Benny Morris (2005) que admite o êxodo dos palestinos como uma fuga devido à guerra, o conflito entre judeus e palestinos, intensificados com a criação do Estado de Israel, fez com que estes se refugassem. Todavia, Norman Finkelstein (2005) nega essa premissa, afirmando Morris ter apenas substituído “um velho mito por um novo, o mito do ‘meio-termo feliz’” (FINKELSTEIN, 2005, p.120). Segundo Finkelstein, Morris não admite a culpa dos israelenses no êxodo dos palestinos, mas acredita que ambos –palestinos e judeus– foram responsáveis.

desenvolvidas, que se encontravam sem capacidade de “dirigirem-se a si próprias” (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1919)²⁰.

Também nesse período, atrelado ao fenômeno do imperialismo, intensificou-se o sentimento nacionalista. Este passou a ser frequente na política europeia. Duas importantes nações tinham passado por um processo de unificação (a Itália e a Alemanha) e a ideia de pertencimento a uma nação movimentava as massas, sendo, para muitos teóricos, um dos principais motivos que culminaram na Primeira Guerra Mundial. Cada nação teria direito a um Estado que seria organizado de acordo com as necessidades deste povo. O fim da guerra e a ascensão da proposta defendida por muitos líderes políticos, como o presidente americano Woodrow Wilson, de autodeterminação dos povos, fortaleceu ainda mais esta ideia²¹. Ambos os fenômenos (imperialismo e nacionalismo) se configuraram como *forças profundas* das relações internacionais na virada do século XIX para o XX. E tais forças foram determinantes para a formação do conflito no Oriente Médio.

Foi exatamente diante deste contexto (dessas forças) que surgiu o movimento sionista com a proposta de criação de um Estado para o povo judeu e, com o intuito de buscar apoio das grandes potências ocidentais, os líderes sionistas se apresentavam como a “um pedaço da fortaleza contra a Ásia, seríamos [os judeus] sentinela avançada da civilização contra a barbárie” (HERLZ Apud PINSKY, 1978, p.137)²², eles seriam o braço europeu ocidental contra os “bárbaros” mulçumanos da região Palestina. Tentaram utilizar os interesses expansionistas da Europa, que possuía um viés ideológico, como demonstraremos, para alcançarem seus objetivos. Ou seja, o movimento sionista conseguiu traçar um objetivo –um sistema de finalidade– e implementá-lo de acordo com as condições que lhes era possível –um sistema de causalidade. É este que pretendemos demonstrar a partir de agora.

²⁰ No artigo 22 do Pacto da Sociedade das Nações, que trabalharemos a seguir, prevê-se uma superioridade dos países europeus sobre os demais.

²¹ No 14º ponto de seu discurso para o Congresso dos Estados Unidos após o término da Primeira Guerra, o presidente dos EUA Woodrow Wilson propunha ajuda para garantir independência de todos os Estados Nacionais (WILSON, 1918).

²² Esta é a tradução para o português da obra utilizada por Jaime Pinsky (1978). Na versão em espanhol que pesquisamos a citação seria “parte integrante del baluarte contra el Asia: constituiríamos la vanguardia de la cultura en su lucha contra la barbarie” (HERLZ, 1977, p.59). Utilizamos a tradução em português como o título deste trabalho por expressar melhor nossos objetivos de relacionar a luta dos judeus associadas aos interesses imperialistas.

2.1 O imperialismo no final do século XIX

A partir da década de 1870, quando ocorreu a quebra da bolsa de Viena, a Europa entrou em uma crise econômica sem precedentes e que depois foi chamada de “Grande Depressão”, definindo o quadro econômico e político internacional até a Primeira Guerra.

Após rápido e intenso crescimento econômico vivido entre as décadas de 1840 e 1860, ocorreu uma diminuição das exportações e da produção. Apesar dessa diminuição, a produtividade continuou crescendo, porém em um nível mais reduzido. Essa característica gerou um sentimento de recessão. O que houve foi uma queda relativa da produção (apesar de que, em números gerais, continuasse crescendo) que foi recebida como uma depressão econômica pelos produtores capitalistas, pois, naquele momento, “o que estava em questão não era a produção, mas sua lucratividade” (HOBSBAWM, 2009, p.59)²³.

Porém, como sabemos, a crise iniciada em 1873 não foi a última do capitalismo. Se estudarmos a história deste modo de produção, veremos que diante de suas várias crises, o capitalismo conseguiu reagir buscando alternativas temporárias às suas contradições²⁴ e a “Grande Depressão” do século XIX foi o primeiro desses casos.

Está longe de ser um consenso os motivos que levaram à crise aqui analisada. Entretanto, Michel Beaud afirma que

Toda crise capitalista resulta do jogo de quatro contradições fundamentais:
 - entre *capital* e *trabalho*, isto é, concretamente, entre empresas capitalistas e classes operárias;
 - entre *capitalistas* (seja no mesmo setor, seja de setor a setores);
 - entre *capitalismos nacionais*;
 - entre *capitalismos dominantes* e povos, países ou *regiões dominadas* (BEAUD, 2004, p. 201, *grifos nossos*)

Diante dessas contradições, o mesmo Michel Beaud apresenta algumas consequências ocorridas. Em resposta à primeira contradição (capital x trabalho), houve uma maior organização dos trabalhadores em sindicatos, por exemplo, que se tornou muito comum na segunda metade do século XIX, aumentando a capacidade de

²³ Para mais detalhes sobre as características econômicas da Europa do fim do século XIX e da crise da década de 1870, ver Dobb (1987, p.306-310) e Hobsbawm (2009, p. 58-160).

²⁴ Não queremos afirmar aqui, como muitos defendem, que o capitalismo é indestrutível. Contudo, nos parece evidente que o capitalismo tem conseguido superar suas crises com alternativas que, *temporariamente*, aparecem como soluções, mesmo que depois, acabe por gerar outra crise.

reivindicação dessa classe. Em relação à contradição dos capitalistas entre si, foi perceptível o aumento da concorrência que permitiu o surgimento de novas estruturas (os trustes e cartéis)²⁵ e investimentos em novos setores de produção. A terceira contradição (entre capitalismo nacionais) teve como consequência a ascensão de novas forças econômicas como Alemanha e Estados Unidos que começam a ameaçar o domínio britânico e a intensificação de medidas para a proteção das economias nacionais. Por fim, temos a contradição entre países dominantes e dominados que foi, para tal crise, a solução mais interessante (BEAUD, 2004).

Dentre as quatro contradições e suas respectivas consequências, destacaremos as três últimas que são indispensáveis para nossa análise. Essas consequências acarretaram uma reação do capitalismo como uma forma de buscar as alternativas para superar a crise, surgindo uma nova fase do capitalismo em sua “etapa superior”, como afirmou Lênin²⁶.

Uma das características fundamentais dessa reação do capitalismo à crise foi o surgimento de novas estruturas de produção e circulação, dando início ao que Leo Huberman denominou de “Era dos monopólios”, que se caracterizou pelo “crescimento, fusão, concentração” das empresas (HUBERMAN, 1986, p.218). Essa fase, vista por muitos como “monopolista”, seria resultado de seu período anterior, baseado no livre mercado e na concorrência. No jogo duro desta, as empresas mais fortes, que têm capacidade de diminuir os preços sem ter grandes perdas, vencem a competição com os mais fracos, que não suportam a disputa. A inferência parece lógica: a produção começa a se concentrar em poucas mãos²⁷.

Foi essa lógica que moveu as empresas durante os anos da virada do século XIX para o século XX e essa foi a alternativa encontrada pelos capitalistas para superar a contradição entre eles mesmos. Ainda falta-nos analisar mais duas contradições apontadas anteriormente por Michel Beaud (2004) e que envolvem os Estados: entre os capitalismo nacionais e entre capitalismo dominantes e dominados.

²⁵ Para uma rápida definição de truste e cartel, ver Catani (1981, p.13).

²⁶ Iremos discutir mais detalhadamente a leitura feita por Vladimir Lênin sobre o imperialismo adiante. Todavia, desde já, destacamos sua interpretação de ter o capitalismo do final do século XIX vivido a sua fase mais avançada, o que permitia, em sua visão, condições fundamentais para a revolução socialista.

²⁷ Essa interpretação da formação de um capitalismo monopolista deve ser vista com certo cuidado. De acordo com Hobsbawm: “Essa concentração econômica não deve ser confundida com monopólio em sentido estrito (controle de mercado por uma única empresa) nem no sentido amplo mais usual de controle de mercado por um pequeno número de firmas dominantes (oligopólio)” (HOBBSAWM, 2009, p.69). Assim, o que houve foram, visando reduzir a disputa concorrencial, acordos e fusões de empresas caracterizadas pelos cartéis e pelos trustes. A concorrência não deixou de existir, mas foi reduzida nessa nova fase do capitalismo.

Todo esse cenário econômico, vale ressaltar, também contribuiu para uma reconfiguração da política internacional. As características do Concerto Europeu da primeira metade do século XIX entraram em declínio. Da década de 1870 à primeira Guerra Mundial, a Europa viveu um período de alianças e tensões entre as principais potências e houve

a entrada no sistema internacional europeu daquelas partes do mundo que ainda estavam fora. [O desenvolvimento do imperialismo] completou a construção da rede global de relações econômicas, estratégicas e políticas, que foram dominadas pelos principais Estados da Europa (DÖPCKE, 2007, p.78)²⁸.

O contexto da década de 1870 permitiu a ascensão da Alemanha como grande potência econômica e política, o início da industrialização russa e o surgimento dos EUA como força fora da Europa. Em paralelo a isso, percebemos a estagnação inglesa e francesa (DÖPCKE, 2007). A rivalidade econômica expressa entre as empresas também foram nítidas entre os países no âmbito externo. A crise não gerou apenas o declínio do livre comércio no nível interno – na tentativa de muitas empresas em coibir a concorrência –, mas também aconteceu no cenário internacional, quando os países buscaram ações protecionistas, iniciando um processo de rivalidade entre os países europeus centrais na produção capitalista. Dessa maneira, “a concorrência se dava não só entre as empresas, mas também entre as nações” (HOBSBAWM, 2009, p. 68).

A competição econômica entre as empresas, no mercado mundial, articulou-se crescentemente como competição entre interesses nacionais dos Estados-nação. Do ponto de vista da política exterior, isso causou a volta do protecionismo, à “guerra alfandegária” e ao emprego do poder político-estatal na defesa e na manutenção de esferas de influência econômica (DÖPCKE, 2007, p.88).

Essa competição entre os países capitalistas europeus marca a terceira contradição apontada por Michel Beaud anteriormente, entre os capitalismo nacionais. Gerou-se uma situação complexa. Diferentemente do que se pode pensar, o protecionismo entre os países europeus não representou diminuição nem estagnação da produtividade. Por se limitar às mercadorias, a política protecionista das potências da Europa não comprometeu a produção. Assim, tínhamos um aumento da produção de

²⁸ Para ver mais sobre a expansão do sistema internacional europeu, atingindo um caráter global, ver WATSON (1992, p.265-276).

mercadorias e uma rivalidade crescente entre os países, caracterizada por políticas protecionistas. O resultado disso foi a necessidade da busca por novos mercados.

O ponto crucial da situação econômica global foi que um certo número de economias desenvolvidas sentiu simultaneamente a necessidade de novos mercados. Quando sua força era suficiente, seu ideal eram “portas abertas” nos mercados do mundo subdesenvolvido; caso contrário, elas tinham a esperança de conseguir para si territórios que, em virtude da dominação, garantissem à economia nacional uma posição monopolista ou ao menos uma vantagem substancial. A consequência lógica foi a repartição das partes não ocupadas do Terceiro Mundo (HOBSBAWM, 2009, p.101).

Entra-se, assim, na quarta contradição –entre países dominantes e dominados– que se apresentou como uma solução para as demais contradições que, possivelmente, geraram a “Grande Depressão” e é nesta saída que surge o fenômeno histórico do imperialismo, fundamental para a compreendermos as relações internacionais da virada do século XIX para o XX. Este fenômeno “foi subproduto natural de uma economia internacional baseada na rivalidade entre várias economias industriais concorrentes, intensificada pela pressão econômica dos anos 1880” (HOBSBAWM, 2009, p.101). Ora, parecia algo lógico: “Se o mercado doméstico não podia absorver plenamente produtos, e se os mercados estrangeiros produtores de mercadorias manufaturadas estavam fechando, restava ainda uma saída: as nações pobres e territórios coloniais” (REICH, 1994, p.28).

Em linhas gerais, apresentava-se o seguinte cenário: a diminuição da lucratividade gerou para muitos produtores capitalistas um cenário de crise. A alternativa para isso não foi reduzir a produção, mas buscar reduzir a concorrência e controlar o mercado a partir da fusão de várias empresas por meio dos cartéis e trustes. Esses novos empreendimentos capitalistas começaram a significar também interesse nacional. Na defesa destes, os principais países europeus entraram em uma disputa, gerando forte rivalidade que era expressa por meio de medidas protecionistas. Assim, o mercado ia ficando cada vez mais imobilizado tanto internamente quanto externamente. A solução viável para isso foi expandir a economia para outras regiões, o que permitiu a mundialização da economia no final do século XIX e o domínio de diversas áreas pelos europeus, sendo conhecido como imperialismo.

Do ponto de vista econômico, além da busca por novos mercados, dois fatores são essenciais para a compreensão do fenômeno do imperialismo. O primeiro deles diz respeito à necessidade de matérias-primas. Como vimos anteriormente, mesmo o final

do século XIX ser caracterizado por crises, a produção aumentava constantemente. O aumento produtivo de mercadorias industriais requer, proporcionalmente, o aumento de exploração de matérias-primas. A Europa sempre se caracterizou por pobreza no que tange aos recursos naturais. A alternativa encontrada a isso foi buscar em novas áreas os materiais necessários para a indústria crescente. “O desenvolvimento tecnológico agora dependia de matérias-primas que, devido ao clima ou ao acaso geológico, seriam encontradas exclusiva ou profusamente em lugares remotos” (HOBSBAWM, 2009, p.98).

Essa necessidade de exploração das colônias andou paralelamente à necessidade de investimentos de capitais, o que se apresenta como o segundo fator econômico. Ora, assim como excesso de mercadorias, a Europa começou a viver no final do século XIX uma realidade de excesso de capital²⁹. Assim, o crescimento da produção gerou o crescimento de capital acumulado. Este deveria ser investido novamente. É nesse intuito que os grandes capitalistas europeus despenderam parte do seu capital para o desenvolvimento de uma infraestrutura que permitisse melhor exploração das colônias, como a construção de ferrovias, estradas etc. Isso vai permitir a união de dois grupos que caracterizaram essa nova fase do capitalismo: industriais e financistas que começaram a trabalhar, em certa medida, juntos (HUBERMAN, 1986; LÊNIN, 2011). Todavia, cabe-se destacar que, a exportação de capital assumiu um caráter *bem* menos influente no processo de formação dos novos impérios do que a busca por mercados, sendo este o ponto-chave do processo.

Não podemos deixar de enfatizar também o papel político-estratégico do domínio de novas áreas para as potências europeias. No final do século XIX, apesar da paz relativa vivida pelos países europeus³⁰, ser forte representava ter capacidade de fazer guerra e esta era sinônimo de ter uma forte indústria que a permitisse. Ou seja, para ser uma potência política, era necessário ser uma potência econômica. Esse quadro não se diferencia muito da nossa realidade atual, porém, nesse período, se apresentava de forma mais intensa.

²⁹ A lógica do capitalismo se insere exatamente na reprodução do capital. Capital gera mais dinheiro que deve se transformar em capital, para gerar mais dinheiro. Ver LUXEMBURG (1976).

³⁰ O período ficou chamado como “paz armada”, uma “militarização disfarçada”, nos dizeres de Döpcke (2007), em que os países caminhavam para uma intensa militarização sem conflito direto. Esse movimento culminou na Primeira Guerra Mundial, mas não podemos esquecer que “os 43 anos entre 1871 e 1914, apesar de todas as crises diplomáticas, representaram o segundo maior tempo de paz entre as grandes potências, na recente história europeia, somente superado pelo período posterior a 1845” (DÖPCKE, 2007, p. 83).

Do ponto de vista estratégico, havia áreas de interesses econômicos que deveriam ser protegidas e começaram a fazer parte das estratégias de defesa nacionais das grandes potências europeias. Um exemplo disso foi o caso da região ocupada pelo Império Otomano citado por Döpcke:

A política europeia no Oriente Próximo e com relação ao Império Otomano foi durante muito tempo influenciada por considerações estratégicas como da defesa da rota marítima para a Índia. O Império Otomano também assumiu importância, no contexto da política de equilíbrio europeia, como contrapeso à Rússia no sul e sudoeste da Europa. Com a ocupação do Egito, na década de 1880, o Império Otomano perdeu, aos olhos da Inglaterra, muito de sua importância estratégica. Nessa mesma época, o Império Otomano transformou-se numa peça importante no tabuleiro dos imperialismos financeiros alemão e francês (DÖPCKE, 2007, p.108).

Ademais dos interesses estratégicos em jogo, chegou-se a um ponto em que ter colônias significava apresentar um *status* elevado na política internacional, uma expressão de poder. Ser uma potência era ter colônias. Como afirma Hobsbawm,

Uma vez que o status [sic] de grande potência se associou, assim, à sua bandeira tremulando em alguma praia bordada de palmeiras (ou, mais provavelmente, em áreas cobertas de arbustos secos), a aquisição de colônias se tornou um símbolo de status em si, independente de seu valor (HOBSBAWM, 2009, p. 102).

E exatamente por isso a Itália e Alemanha, logo após seus processos de unificação, rapidamente foram buscar áreas de influência, intensificando ainda mais a rivalidade existente no sistema internacional. A disputa por novas colônias foi tão intensa que provocou a necessidade de acordos diplomáticos para se evitar uma guerra que se anunciava³¹. Entre os anos de 1884 e 1885, as principais forças políticas e econômicas da Europa sentaram à mesa de negociações para se chegar a um consenso na partilha dos territórios, principalmente africanos. Esta reunião ficou conhecida como Conferência de Berlim. Apesar de sua ideia inicial fosse garantir o livre comércio, o resultado chegado, não obstante, foi inverso, assumindo uma postura protecionista³².

³¹ Talvez, essa medida tenha sido apenas uma prorrogação de algo que parecia inevitável que era a guerra entre as grandes potências.

³² “A ata Geral da Conferência de Berlim, assinada em 23 de fevereiro de 1885, é composta de seis pontos fundamentais formalizados em capítulos. Os principais objetivos eram assegurar as vantagens de livre navegação e livre comércio sobre os dois principais rios africanos que deságuam no Atlântico, quais sejam o Níger e o Congo. Visavam também regulamentar as novas ocupações de territórios africanos, em particular da costa ocidental do continente” (HERNANDEZ, 2005, p.62).

O que lhe deu relevância histórica, porém, não foram as suas resoluções em relação ao livre-comércio, mas, sim, as resoluções potencialmente protecionistas. Os participantes definiram condições mais duras, segundo as quais as aquisições coloniais seriam reconhecidas pelos outros Estados europeus (DÖPCKE, 2007, p.100).

Até o que foi aqui analisado, nos parece óbvio que o *imperialismo como força profunda econômica* surgida nas últimas décadas do século XIX foi crucial para a análise das relações internacionais do período. Esse fenômeno assumia um caráter tão importante que fez despertar o interesse de muitos estudiosos do período. E muito se tem a dizer sobre o que significou o imperialismo. Pois, cabe-nos perguntar: o que representou o imperialismo do ponto de vista teórico? O que representou esse fenômeno? Como ele se define? Que aspecto é esquecido (ou não dado atenção suficiente) pelos teóricos?

Uma das primeiras grandes obras que se propunham a interpretar o imperialismo como um fenômeno novo e influente foi *Imperialism: a study* de John Hobson, lançado inicialmente em 1902³³. O objetivo principal de sua obra era “criticar as guerras imperialistas travadas pela Inglaterra na África do Sul e na China” (DEL ROIO, p.1).

A visão apresentada por Hobson sobre o imperialismo é bastante negativa. Segundo ele, esse fenômeno é um desvio do sistema capitalista, apresentando-se a partir de um problema de subconsumo que poderia ser resolvido ao fortalecer o mercado interno das grandes potências. Em linhas gerais, ele define o imperialismo como “submissão ao poder da metrópole como forma de absorção política das terras, onde funcionários, mercadores, industriais exercem seu poder econômico sobre ‘as raças inferiores’ e incapazes de praticar o autogoverno” (BUGIATO, 2007, p.130).

Por ser um processo que estava diretamente ligado às crises de reprodução do capitalismo, logo despertou o interesse dos estudiosos marxistas que, no intuito de estudar uma alternativa socialista, começaram a ver no imperialismo o início do fim do modo de produção baseado no capital.

A primeira grande teórica do imperialismo vinda dos grupos de esquerda foi Rosa Luxemburg. Para esta autora, toda a explicação do imperialismo está na natureza da reprodução do capital. O capitalismo assume uma característica peculiar em relação às outras formações econômico-sociais. Toda a produção gira em torno de obter ganhos e estes são pensados em uma progressão cada vez maior. Ou seja, se produz para ganhar

³³ Infelizmente, a obra de John Hobson é difícil de ser encontrada. Assim, faremos a análise de sua obra baseados em comentadores.

e esse ganho é investido para se produzir mais e, conseqüentemente, ganhar mais. Sem embargo – e aí se encontra, para ela, toda a contradição do capital –, qualquer mercadoria produzida necessita de um mercado consumidor. Como a lógica do capitalismo é acumular cada vez mais, chegaríamos a um ponto em que não haveria mais mercado suficiente, comprometendo a acumulação do capital (LUXEMBURG, 1975)³⁴.

Rosa Luxemburg defende que o capitalismo não vive isoladamente, dividindo espaço com outras formas não capitalistas. Estas seriam alvo da expansão dos mercados exigida pela necessidade da acumulação do capital. O imperialismo seria, assim, o exemplo prático disso. “La esencia del imperialismo consiste precisamente en extender el capitalismo de los viejos países capitalistas a nuevas zonas de influencia y en la competencia de estas nuevas zonas” (LUXEMBURG, 1975, p. 19). Em linhas gerais, para a militante socialista alemã:

O imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar as regiões não-capitalistas que não se encontram ainda dominadas. Geograficamente, esse meio abrange, ainda hoje, a grande parte da terra. Mas, comparado com o poder do capital já acumulado nos velhos países capitalistas, que luta para encontrar mercados para seu excesso de produção, e possibilidades de capitalização para sua mais-valia, comparado com a rapidez com que hoje se transformam em capitalistas territórios pertencentes a culturas pré-capitalistas, ou, em outros termos, comparado com o elevado grau das forças produtivas do capital, o campo revela-se mesmo pequeno para a sua expansão. Isso determina o atual jogo da internacional do capital no cenário mundial. Dados o grande desenvolvimento e concorrência cada vez mais violenta dos países capitalistas para conquistar territórios não-capitalistas, o imperialismo aumenta sua agressividade contra o mundo não-capitalista, aguçando as contradições entre os países capitalistas em luta. Porém, quanto mais enérgica e violentamente procure o capitalismo a fusão total das civilizações capitalistas, tanto mais rapidamente irá minando o terreno da acumulação do capital. O imperialismo é tanto um método histórico para prolongar a existência do capital, como um meio seguro para objetivamente pôr fim a sua existência (LUXEMBURG, 1976, p.392).

O imperialismo comprovaria da contradição do capitalismo segundo Rosa Luxemburg. Poucos anos depois da análise feita pela pensadora alemã, foi publicado um livro na Rússia que influenciou profundamente os estudos sobre o imperialismo e

³⁴ Esse texto foi uma resposta de Rosa Luxemburg aos seus críticos. Há uma versão em anexo da edição brasileira de *A Acumulação do Capital* (1976). Contudo, preferimos utilizar a edição em espanhol citada nas referências.

apontava também as contradições desse fenômeno. Esse livro foi *Imperialismo, fase superior do capitalismo* de Vladimir Lênin (2011)³⁵.

Escrito na época em que o autor estava exilado, esse opúsculo recebeu grande influência da, então recente, obra de John Hobson e do acontecimento político mundial mais relevante da década de 1910: a Grande Guerra. Seu objetivo principal era:

mostrar, com a ajuda dos dados de conjunto das irrefutáveis estatísticas burguesas e das declarações dos homens de ciência burgueses de todos os países, um quadro de conjunto da economia mundial capitalista nas suas relações internacionais, nos princípios do século XX, às vésperas da primeira guerra imperialista mundial (LÊNIN, 2011, p.108).

Ou, em poucas palavras, como o imperialismo causou a Primeira Guerra Mundial. Para Lênin, essa fase de transformações do capitalismo transformou esse sistema em características inteiramente novas. Estas seriam: o monopólio; o novo papel dos bancos no processo de concentração do capital, estabelecendo uma relação mais próxima com a indústria e fazendo surgir o “capital financeiro”; a exportação de capital dos países desenvolvidos para os pobres³⁶; a partilha dos mercados internos entre as novas associações das empresas; e a partilha territorial do mundo entre as potências europeias etc.

Dessa forma, a análise feita acerca do imperialismo por Lênin é de que:

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas (LÊNIN, 2011, p.216).

De toda essa análise feita até agora, destacamos apenas os aspectos políticos e, principalmente, econômicos do processo de transformações vivido pelo mundo do final do século XIX. Essas foram, como vimos, características marcantes apontadas pelos principais teóricos do imperialismo. Estes mesmos teóricos, sem embargo, quase não

³⁵ A primeira edição desta obra é de 1916, em plena Primeira Guerra Mundial. Utilizamos a última edição brasileira de 2011.

³⁶ Aqui lembramos a referência feita anteriormente da união entre investimentos de capital e desenvolvimento estrutural para o mercado consumidor colonial dos produtos industriais europeus.

levaram em consideração as consequências ideológicas do imperialismo, aspecto este destacado com mais detalhes por Eric Hobsbawm (2009). Toda essa expansão econômica acompanhada pelo domínio político das regiões mais pobres do globo foi articulada com um discurso de superioridade que é de fundamental importância para que possamos compreender, principalmente, o conflito palestino-israelense, objeto de nosso estudo.

Toda relação de poder e dominação traz consigo um discurso legitimador. Assim foi nos séculos XV e XVI com a colonização da América pelos europeus e algumas outras regiões do globo. O discurso era evidente para os homens brancos: eles descobriram povos selvagens (os indígenas) e sem alma (ou também, como era comum afirmarem, que estes estavam próximos do demônio). Era necessário salvá-los por meio da catequização. Não é à toa que toda, ou quase toda, expedição trazia um representante religioso, principalmente católico³⁷.

Em fins do século XIX, marcado por importantes transformações sociais e econômicas, e também por inovações técnicas e científicas, os europeus sentiam-se superiores. Assim como em séculos já passados, os povos europeus viram nesse sentimento de superioridade uma importante ferramenta para expandir a “civilização” da qual eles eram portadores para os demais povos, vistos como inferiores. Isso permitiu um apoio popular muito forte por parte de todas as camadas sociais dos novos Impérios, facilitando o processo de expansão. Sobre este sentimento de superioridade, Hobsbawm destaca o papel ideológico que tiveram as exposições internacionais.

É impossível negar que a idéia de superioridade em relação a um mundo de peles escuras situado em lugares remotos e sua dominação era autenticamente popular, beneficiando, assim, a política do imperialismo. Em suas grandes exposições internacionais, a civilização burguesa sempre se orgulhara do triunfo triplo da ciência, da tecnologia e das manufaturas (HOBSBAWM, 2009, p.106).

A ideia de progresso, que era tão comum ao mundo europeu do século XIX, foi crucial na expansão do imperialismo e estava atrelada ao sentimento de superioridade. Como superiores, os europeus tinham o fardo de levar o progresso para todos os demais povos que estavam atrasados na caminhada para a civilização. O objetivo destacado pelo discurso ideológico imperialista era “Abrir a civilização a única parte do globo

³⁷ Os países colonizadores nos séculos XV e XVI eram fortemente católicos e tinham a Igreja Católica como auxiliadora na exploração das novas terras. Não podemos deixar de lembrar, todavia, que havia um processo de cisão dentro da Igreja representado pelos chamados Protestantes, dando início a novas instituições religiosas que também foram importantes, principalmente, no período do final do século XIX.

ainda infensa a ela, penetrar na escuridão que paira sobre povos inteiros é, eu diria, uma cruzada digna deste século do progresso” (HOCHSCHILD apud HERNANDEZ, 2005, p.60)³⁸.

Os não-europeus que antes eram vistos como exóticos e diferentes, passaram a ser vistos como “inferiores, indesejáveis, fracos e atrasados, ou mesmo infantis” (HOBSBAWM, 2009, p.118). Essa mentalidade de *progresso x atraso*, sendo este representado por não-europeus e aquele pelos europeus, perpassou não apenas o fenômeno do imperialismo, constando, inclusive, no período pós-1ª Guerra Mundial e legitimado pelas Liga das Nações. Como citamos anteriormente, o documento de fundação da Sociedade das Nações prevê esta superioridade e que:

Art.22. Os princípios seguintes aplicam-se às colônias e territórios que, em consequência da guerra, cessaram de estar sob a soberania dos Estados que precedentemente os governavam e *são habitados por povos ainda incapazes de se dirigirem por si próprios nas condições particularmente difíceis do mundo moderno*. O bem-estar e o desenvolvimento desses povos formam uma *missão sagrada de civilização*, e convém incorporar no presente Pacto garantias para o cumprimento dessa missão.

O melhor método de realizar praticamente esse princípio é confiar a *tutela desses povos às nações desenvolvidas* que, em razão de seus recursos, de sua experiência ou de sua posição geográfica, estão em situação de bem assumir essa responsabilidade e que consistam em aceitá-la: elas exerceriam a tutela na qualidade de mandatários e em nome da Sociedade (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1919, *grifos nossos*).

O que podemos concluir diante de tudo isso é que o imperialismo apresentou-se como uma força econômica profunda no final do século XIX e início do século XX. Esse fenômeno influenciou todas as relações do sistema internacional da época. Não podemos pensar o conflito estabelecido no Oriente Médio sem que compreendamos essa configuração política, econômica e **ideológica**, já que essa região foi alvo dos interesses imperialistas e sofreu consequências disso, que iremos analisar em seguida. Entretanto, o imperialismo não foi o único fator importante na análise da formação do conflito entre árabes e judeus. Outra força surgiu nesse mesmo período e estava diretamente entrelaçada com o fenômeno do imperialismo. Estamos falando do nacionalismo.

³⁸ Não podemos esquecer aqui que o século XIX foi um marco na construção das ciências sociais modernas que, em seu início, estiveram marcadas por teorias baseadas pelo darwinismo social. Para mais detalhes sobre este tema, ver capítulo 10 de HOBSBAWM (2009, p. 339 - 362).

2.2 O fenômeno do nacionalismo

“Os últimos dois séculos da história humana do planeta Terra são incompreensíveis sem o entendimento do termo ‘nação’ e do vocabulário que dele deriva” (HOBSBAWM, 2008, p.11). Iniciamos este tópico com a citação do historiador inglês Eric Hobsbawm para enfatizar a importância dos estudos sobre o nacionalismo nos últimos anos do século XIX. A análise do contexto de formação deste fenômeno histórico, que se configurou como uma força profunda, ajuda-nos a compreender o século XX e, por conseguinte, o conflito israelo-palestino.

Apesar de ter deixado profundas marcas na história contemporânea e ter vários estudos a seu respeito, o nacionalismo e outros conceitos comuns (nação, nacionalidade e Estado-nação) ainda se apresentam envoltos de dificuldades para formular definições exatas, já que “discorda-se sobre suas origens, seu futuro é incerto” (ANDERSON, 2000, p.7).

Nosso objetivo aqui não é fechar esse debate, mas, pelo menos, estabelecer alguns pressupostos básicos para o estudo acerca do nacionalismo. Com efeito, acreditamos ser interessante diferenciar quatro conceitos que são facilmente confundidos e possuem uma forte interrelação, não podendo ser pensados separadamente: nação, nacionalismo, nacionalidade e Estado-nação.

Um dos primeiros a analisarem os conceitos de nacionalidade e nação foi Lord Acton que, já no século XIX, tentou compreender melhor esse fenômeno. Para ele, sempre que uma sociedade se encontra em um período de crise e de grande sofrimento para seu povo, surgem grupos que tendem à contemplação filosófica, criando modelos ideais a serem seguidos, que serviriam de “remédios” para tais problemas. É nesse sentido que, no século XIX, muitas teorias emergiram, sendo destacáveis três que assumiam um caráter subversivo: as teorias da igualdade, do comunismo e da nacionalidade (ACTON, 2000).

O sistema antigo europeu, acreditava Acton, nunca tinha necessitado de nacionalidades. Foi apenas após a partição da Polônia no final do século XVIII que se despertou a teoria para este novo fenômeno, fazendo com que esta pensasse cada nação para um Estado específico. A nacionalidade surge, assim, como uma teoria que defendia a existência de várias nações e que estas deveriam existir dentro de um Estado para cada povo específico. Esta teoria pensava:

A nação, aqui, é [seria] uma unidade ideal, fundamentada na raça, desafiando a ação modificadora das causas externas, da tradição e dos direitos existentes. Ela suplanta os direitos e desejo dos habitantes, absorvendo seus interesses divergentes numa unidade fictícia; sacrifica todos os direitos naturais e todas as liberdades estabelecidas a fim de se justificar (ACTON, 2000, p.35).

A nação basear-se-ia apenas no critério da raça e teria no Estado o seu fim, como “uma alma, por assim dizer, vagando à procura de um corpo para recomeçar a viver” (ACTON, 2000, p.27). Todavia, o próprio Lord Acton era um grande crítico dessas ideias. Para ele, um Estado deveria comportar várias nações, pois:

É no caldeirão do Estado que se dá a fusão pela qual o vigor, o saber e a capacidade de uma parcela da sociedade podem ser transmitidos a outra. Quando as fronteiras políticas e nacionais coincidem, a sociedade pára de avançar e as nações recaem num estado correspondente aos dos homens que renunciam ao contato com seus semelhantes (ACTON, 2000, p.37).

Ao escrever no início do século XX, sob uma perspectiva marxista, Otto Bauer percebia a nação apenas a partir do que ele chamaria de “caráter nacional”. Este seria “um complexo de características físicas e mentais que distinguem uma nação de outra” (BAUER, 2000, p.46), apresentando-se como mutável. A sua principal característica estava nos traços comuns dos membros nacionais. Assim, a nação é definida como a comunhão de destinos –experiências e sofrimentos comuns e vivência mútua–, comunhão de descendência –a mesma origem e parentesco–, e de comunicação –a língua (BAUER, 2000).

Para este autor, a partir do século XIX, o Estado se transforma, baseando-se no “princípio de nacionalidade” que propunha que “toda nação deve formar um Estado, todo Estado deve abarcar uma nação” (BAUER, 2000, p.76). Isso explica os movimentos nacionalistas de libertação nacional encontrados no processo de independência dos países na América Latina e na unificação de países europeus como Itália e Alemanha. Por sua formação marxista, Otto Bauer enfatiza que essa unificação nacional sob a égide de um Estado não aconteceu pela natureza das coisas, mas por interesses econômicos envolvidos, facilitando a exploração de uma classe por outra.

Apesar de não haver no debate definições simples, Benedict Anderson formula um relativamente simples conceito de “nação”, sendo esta “an imagined political community – and imagined as both inherently limited and sovereign” (ANDERSON, 1991, p.6). Para ele, a nação é uma *comunidade* porque, apesar das desigualdades, seus

membros comungam de uma série de valores como em uma espécie de irmandade, veem-se como companheiros; e é *imaginada* por, mesmo não conhecendo todos os membros da comunidade, todos comungam desses valores (ANDERSON, 1991, p.6-7).

Seguindo a mesma perspectiva de Anderson, Stuart Hall admite a nação como uma construção, apresentando-se não “apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos –um *sistema de representação cultural* [sic]” (HALL, 2001, p.49). Assim, a ideia de nação seria um discurso formado que forjaria identidades e atribuiria sentido a um conjunto de símbolos.

O historiador francês Pierre Renouvin, por sua vez, também admite a complexidade em formular o conceito de nação. Para ele, o sentimento nacional faz parte de um conjunto de “manifestações de idéias ou de emoções coletivas que se desenvolvem no seio de uma comunidade humana” (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p.180). O território, a raça, a língua, a religião, as tradições, as recordações históricas e a “civilização intelectual” são fatores que não explicam isoladamente esse fenômeno histórico, mas são necessários para sua compreensão, desde que articulados na análise.

De acordo com Renouvin, o que importa para o estudo da nação na história das relações internacionais é a maneira como ela se relaciona com o Estado. Assim, para o historiador francês há um “desejo de dar ao Estado uma base nacional, a vontade de agir de maneira que, o mais possível, o Estado coincida com a nação, isto é, agrupe tôdas as populações de igual nacionalidade, e somente essas” (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p.86).

É muito comum, resalte-se, essa assimilação entre a nação e o Estado. Apesar de o termo “Estado-nação” ser hoje questionado por muitos, é no século XIX que essa ideia se fortalece e se torna muito comum, sendo uma característica fundamental do século XX. O “princípio de nacionalidade” admitia a confluência entre o Estado e a nação, não podendo viver separados. Por que essa relação direta? Para muitos, era a instituição do Estado que seria capaz de proteger a nação e o sentimento nacional. Como afirma Benedict Anderson:

No auge da força desse hífen [Estado-nação], quando os movimentos nacionalistas sonhavam conseguir seus próprios Estados, acreditava-se que estes seriam capazes de trazer prosperidade, bem-estar e segurança, além de orgulho e reconhecimento internacional. Por outro lado, garantia-se a esses Estados a obediência e lealdade irrestrita da maioria

dos se enxergavam como membros da nação (ANDERSON, 2000, p.16).

O que existia antes do fenômeno do nacionalismo eram Estados definidos por territórios, mas, muitas vezes, não havendo a identificação nacional. Os Estados europeus até o século XVIII eram absolutistas, tendo na figura do Soberano o elemento de identificação. Com a crise do Antigo Regime, foi necessário elaborar um novo elemento. Os Estados Nacionais surgiram, dessa maneira, como estratégias políticas baseadas no discurso da nação. Assim, era necessário criar a nação a partir de instituições como o exército e a escola (HOBSBAWM, 2007, p. 134). O nacionalismo apresenta-se para o Estado como uma espécie de “liga”, um instrumento político de unificação. “Os Estados, portanto, criaram as ‘nações’, ou seja, o patriotismo nacional e, pelo menos para certos fins, cidadãos lingüística e administrativamente homogêneos, com especial urgência e zelo” (HOBSBAWM, 2009, p.214)³⁹.

Nacionalismo e nacionalidade são, praticamente, conceitos definidos da mesma maneira. Todavia, este geralmente se associava aos primeiros indícios desse sentimento nacional, caracterizando-se pelo “princípio de nacionalidade”, preso aos grupos da elite. O nacionalismo, por sua vez, se apresenta mais ao fim do século XIX, quando o sentimento de pertencer a uma nação passa a assumir caráter mais intenso e atinge as massas.

O critério “histórico” de *nacionalidade* implicava portanto a importância decisiva das instituições e da cultura das classes dominantes ou elites de educação elevada, supondo-os identificadas, ou pelo menos não muito obviamente incompatíveis com as do povo comum. Mas o argumento ideológico para o *nacionalismo* era bem diferente e muito mais radical, democrático e revolucionário. Apoiava-se no fato de que o que quer que a história ou a cultura pudessem dizer, os irlandeses eram irlandeses e não ingleses, os tchecos eram tchecos e não alemães, os finlandeses não eram russos e nenhum povo deveria ser explorado ou dirigido por outro (HOBSBAWM, 2007, p.129. *grifos nossos*).

Para Pierre Renouvin, nacionalismo se define como “exaltação do sentimento nacional” (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p.222), sendo este termo apenas utilizado no final do século XIX. Assim, percebemos que nacionalismo e (princípio de) nacionalidade são quase sinônimos, estando diferenciados apenas pelo momento histórico de sua utilização.

³⁹ É famoso, nesse sentido, o caso da Itália onde Massimo d’Azeglio disse: “Fizemos a Itália; agora precisamos construir os italianos” (HOBSBAWM, 2007, p.134).

Diante dessa discussão, podemos, em linhas gerais definir *nação* como uma ideia, uma abstração elaborada entre os séculos XVIII e XIX para atender alguns fins específicos. Ela seria responsável por –a partir de elementos linguísticos, religiosos, territoriais, culturais, econômicos, étnicos e, principalmente, por uma memória coletiva, um experiência histórica comum– construir laços identitários entre um grupo de pessoas que, por todos esses fatores, considerar-se-iam como membros de uma nação, dando sentido a uma série de representações culturais. *Nacionalismo* e *nacionalidade* são dois conceitos que muito se assemelham e traduzem o sentimento de pertencer a uma nação. O *Estado-nação* seria de tudo isso institucionalizado. Essa instituição preservaria, dentro de suas características⁴⁰, o nacionalismo. Esse Estado teria na ideia de nação a sua base de sustentação, sua unidade. A nação teria no Estado sua proteção. Dessa maneira, não poderíamos pensá-los em separado.

Mas, antes de todos esses conceitos terem sido formulados, houve um movimento histórico que permitiu a elaboração destes. Afinal, a realidade surge antes dos conceitos. E, com isso, podemos pensar os primórdios da ideia de nação e dos movimentos nacionalistas presentes desde o fim do século XVIII com os movimentos revolucionários na Europa, principalmente na França. Segundo Eric Hobsbawm, esse processo revolucionário desintegrou-se, fragmentou-se e formou, na década de 1830, vários outros movimentos, tendo caráter mais nacional, como, por exemplo, os movimentos da Jovem Itália –representados pela figura mais importante desse período para os movimentos nacionalistas, Giuseppe Mazzini–, Jovem Irlanda, Jovens Turcos entre outros que propunham a libertação nacional (HOBSBAWM, 2001).

Uma característica interessante dos primeiros movimentos nacionalistas da Europa é seu elitismo. Ainda na formação daquilo que definiria uma nação e seus membros, estes movimentos estavam muito presos a grupos da, o que poderíamos chamar, classe média e setores mais altos da sociedade, geralmente letrados. Essa situação começa a transformar-se em meados do século XIX, quando

não há dúvida de que em nosso período [1848-1875] o nacionalismo tornou-se uma força de massa, pelo menos nos países povoados por brancos. [...], o nacionalismo penetrou na classe operária *pari passu* [sic] com a consciência política, fosse porque a tradição revolucionária era em si nacional (como na França), fosse porque os líderes e ideó[logo]s dos novos movimentos trabalhistas estivessem

⁴⁰ As características principais do Estado do qual partimos são definidas por Max Weber (1999): o Estado como detentor do uso legítimo da força. Além disso, definido por um território, uma burocracia e uma população. Esta seria, com o advento do Estado nacional, a nação.

profundamente envolvidos na questão nacional (HOBSBAWM, 2007, p.140).

Foi nesse momento em que se tornou importante formar nações, assumindo o Estado, por meio de instituições como a escola, um papel essencial nesse processo. Todavia, o processo de expansão do nacionalismo enquanto um movimento de massas se intensificou nos últimos anos do século XIX, após a década de 1870. Esse período estabeleceu uma nova fase do nacionalismo, pois se expandiu pela Europa e atingiu novas áreas.

Não é surpreendente que o nacionalismo tenha conseguido espaço tão rapidamente nos anos que vão de 1870 a 1914. As mudanças tanto políticas quanto sociais eram em função dele; isso, sem mencionar uma situação internacional que fornecia abundantes desculpas para pendurar manifestos de hostilidade a estrangeiros (HOBSBAWM, 2008, p.132).

Duas questões envolvem, diante disso, o processo de expansão do nacionalismo no final do século XIX: as mudanças políticas e sociais –e aqui cabe destacar o processo de democratização do período–, e as rivalidades construídas com o imperialismo.

Uma das características apontadas por Renouvin do nacionalismo é seu expansionismo. Para o historiador francês, “nas relações entre os continentes, êle se manifestou por via do imperialismo colonial, que foi, entre 1880 e 1914 principalmente, uma preocupação de quase todos os grandes Estados europeus” (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p.223). A política do imperialismo, como já narramos anteriormente, estabeleceu uma relação de poder e fortaleceu uma ideia de superioridade entre a população europeia dos mais variados setores. Dentre estes, a classe média foi fortemente influenciada pela expansão das potências europeias. Foi essa mesma classe média que liderou o avanço do nacionalismo na Europa (HOBSBAWM, 2009).

Temos aqui uma relação direta entre dois fenômenos históricos: o imperialismo que aguçou o sentimento de superioridade dos europeus para com os habitantes de outros continentes e fortaleceu as rivalidades entre os próprios europeus; e o avanço do nacionalismo que agiu na mesma direção. Esses dois fenômenos não podem ser pensados de maneira separada, pois influenciaram-se dialeticamente. O nacionalismo, fortalecendo a ideia de superioridade e diferença, facilitou a ação do imperialismo que ao dominar outras áreas intensificou esses sentimentos.

Outro fator que permitiu o avanço do nacionalismo foi a democratização vivida no final do século XIX na Europa. A democracia já havia entrado no vocabulário político europeu e implicava responder às demandas sociais das classes mais baixas. Havia um forte medo de uma revolução social. A consequência disso foi que “Após 1870, contudo, tornou-se cada vez mais claro que a democratização da política dos Estados era inteiramente inevitável. As massas marchariam para o palco da política, quer isto agradasse ou não aos governantes. Foi o que realmente aconteceu” (HOBSBAWM, 2009, p.127).

Com o processo de democratização, as massas passaram a representar um interesse muito grande. Os governantes viam nessas pessoas potenciais votos. Uma estratégia para condensar esses votos seria por intermédio do discurso da nação, explorando o nacionalismo. Isso porque

A base dos “nacionalismos” de todos os tipos era igual: era a presteza com que as pessoas se identificavam emocionalmente com “sua” nação e podiam ser mobilizadas, como tchecos, alemães, italianos ou quaisquer outras, presteza que podia ser explorada politicamente. A democratização da política e especialmente a das eleições oferecia amplas oportunidades para mobilizar as pessoas (HOBSBAWM, 2009, p. 204).

Dessa maneira, o fenômeno da nação encontrou no final do século XIX um contexto muito propício para a sua expansão, assumindo uma nova fase. Por se aproximar cada vez mais das massas nesse novo período, o nacionalismo chamou a atenção dos movimentos operários de esquerda. Também incluído na lógica da democratização, os movimentos do proletariado perceberam no sentimento nacional um instrumento ideológico das classes dominantes e passaram a dedicar uma maior atenção ao tema, fazendo parte da pauta de discussões dos partidos socialistas.

Essa mudança é muito interessante, pois por muitos anos, o movimento operário rejeitou a discussão acerca do nacionalismo, distanciando-se dos movimentos de defesa nacional. O principal motivo disso era a proposta de internacionalização. A famosa assertiva de Marx e Engels de que os proletários de todos os países deveriam se unir resume bem a proposta de internacionalização da luta proletária. Aos trabalhadores assalariados cabia apenas uma luta: contra o capital. Este se apresenta da mesma maneira em qualquer lugar onde o capitalismo esteja (MARX; ENGELS, 2008). Lutar contra outras nações seria uma estratégia dos capitalistas para desviarem o foco da luta, que não seria mais entre as classes, mas entre os países. Entretanto, “os movimentos

nacionalistas tornaram-se cômicos de que era desejável definir, se não um programa social específico, pelo menos uma preocupação com questões econômicas e sociais” (HOBSBAWM, 2009, p.230). Isso atraiu o debate socialista.

Os movimentos nacionalistas, porém, assumiram caráter não apenas de esquerda, bem como houve uma guinada para a direita, pois, da mesma maneira que o sentimento nacional une, separa. A partir do momento que se criava um grupo nacional, no qual os membros teriam uma identidade comum dentro de um Estado, aqueles que não comungavam dos mesmos valores e características, eram excluídos.

A nova fase do nacionalismo, desde 1870, foi caracterizada, principalmente, por dois novos definidores nacionais: a língua e a raça, “havia a nova tendência para definir uma nação em termos étnicos e especialmente em termos de linguagem” (HOBSBAWM, 2009, p.206). Logo, qualquer pessoa que não soubesse falar a língua de um país ou tivesse característica “raciais” distintas era visto como estranho à nação. Nesse momento, o racismo e a xenofobia se tornaram muito fortes no mundo europeu. Essa relação ficou ainda mais evidente com o imperialismo.

Os povos coloniais “inferiores” eram alvos constantes de racismo. O processo de “assimilação” a uma nova cultura nacional poderia acontecer, mas, para muitas pessoas, “não havia assimilação que transformasse homens de pele escura em ‘verdadeiros’ ingleses, belgas ou holandeses, embora possuísse tanto dinheiro e sangue nobre e tanto gosto pelos esportes quanto a nobreza européia” (HOBSBAWM, 2009, p.216). Leia-se: “homens de pele escura” em povos não-europeus.

Além do racismo, a xenofobia –que são comportamentos que sempre andam de mãos dadas– atinge um ponto de grande intensidade na segunda metade do século XIX. Esse era um período de constantes migrações e era comum termos na Europa estrangeiros que passaram a representar ameaça tanto para a classe trabalhadora, que via neles concorrência com mão de obra barata, quanto para a classe média e para os ricos, que viam nesses estrangeiros problemas sociais, pessoas pobres que causariam tensões (HOBSBAWM, 2009). Nada melhor do que uma “ameaça” externa, representada pelo estrangeiro migrante, para realçar os sentimentos nacionais. Uma das principais expressões da xenofobia nacionalista na Europa foi o antissemitismo⁴¹.

⁴¹ “Semita” diz respeito aos povos do mesmo tronco linguístico que pertencem às línguas semíticas. Estas têm origem na região do Oriente Médio e destacam não só os povos hebreus (os judeus) assim como os árabes. Dessa maneira, “antissemitismo” refere-se ao preconceito contra os judeus, mas também contra os árabes. Não obstante, devido às perseguições sofridas pelas populações judaicas, principalmente, na

Com as características racistas e xenófobas do “novo” nacionalismo, uns dos principais atingidos foram os judeus. Estes, desde o período dito medieval, encontravam-se dispersos pelo mundo e, onde estavam, eram considerados ameaças. Um dos principais motivos para isso era econômico, representando os judeus concorrência e desconforto para muitos, “porque os campos da empresa em que os judeus tornaram notáveis competiam com os pequenos lojistas, dando ou recusando crédito aos fazendeiros e pequenos artesãos” (HOBSBAWM, 2009, p.225).

Podemos concluir, diante disso, que o nacionalismo é de profunda importância para a compreensão de todo o século XX, inclusive, do conflito entre palestinos e judeus no Oriente Médio. Juntamente com o imperialismo, o nacionalismo se apresenta como uma *força profunda (moral)* que se formou na Europa e se expandiu para outras regiões. As consequências desse fenômeno foram várias, como a ideia de relação direta entre um Estado e uma nação, e reações xenófobas contra grupos estrangeiros. Essas duas características são fundamentais para a compreensão de como o nacionalismo interferiu na formação do conflito palestino-israelense.

O nacionalismo, pois, apresentou resultados ambíguos. Na medida em que criou uma manifestação contra os judeus, antissemita, deu premissas suficientes para o surgimento de um sentimento de identificação dos judeus. Esse sentimento se fortaleceu com o sionismo, um movimento de características nacionais com a proposta de um Estado Nacional judeu.

Europa, o termo “antissemitismo” é comumente utilizado como preconceito e perseguição aos judeus. É nesse sentido que é utilizado o termo no nosso trabalho.

Capítulo 3- O estabelecimento de um objetivo e a busca pelos meios: o sistema de finalidade sionista

Em 1882, uma moça acompanhada por treze rapazes chegou ao território palestino, apenas “um recanto perdido do Império Otomano, árido, abandonado, atrasado e subpovoado” (TSUR, 1977, p.24). Esses catorze jovens foram, pouco tempo depois, seguidos por outros e ficaram conhecidos como “Amantes de Sião”, buscando construir uma nova vida na “Terra Prometida”. Essa é a maneira pela qual Jacob Tsur narra o início da chamada primeira *aliá*, primeira onda de migração judaica para a Palestina. Além do tom heroico da narrativa – compreensível pelo fato do autor ser judeu e embaixador de Israel –, percebemos a imagem de uma Palestina como uma “terra de ninguém”, despovoada.

Na primeira onda migratória – entre 1882 e 1903 –, a quantidade de judeus que foram para a Palestina foi cerca de 20 a 30 mil. Na segunda *aliá*, a quantidade de migrantes sobe para 40 mil em apenas uma década – entre 1904 e 1914. (CULLA, 2005). O aumento – no final do século XIX – e a constância – que é perceptível durante a primeira metade do século XX – de fluxos migratórios para aquela região foi um fator crucial para a formação do Estado de Israel. Se, de acordo com o censo otomano apresentado por Joan Culla, em 1880, a população judaica na Palestina é de 15 mil habitantes (CULLA, 2005, p. 73)⁴², em 1946, esse número gira em torno dos 608 mil (VIDAL, 2002, p.42).

O crescimento demográfico e a propagação da ideia de “uma terra sem povo”, como apresentamos anteriormente por meio de Jacob Tsur (1977) e que passou a fazer parte do discurso dos judeus do final do século XIX, foram empreendimentos que tiveram o apoio e o incentivo da Organização Sionista Mundial (OSM) fundada nos últimos anos do Oitocentos e que foi a principal responsável pela difusão do sionismo, expressão mais acabada do nacionalismo judeu.

O movimento sionista promoveu não apenas o estímulo às migrações e a construção da ideia de “uma terra sem povo”, mas foi responsável também por tornar essas pessoas (os migrantes) a base do futuro Estado judeu. Para Joan Culla, a segunda *aliá* foi composta por judeus mais politizados que vão implementar ações efetivas para a criação do Estado de Israel. A fundação da cidade de Tel Aviv (que se tornou a capital

⁴² Este número poderia, para o mesmo autor, subir para 20 mil, contabilizando os judeus não considerados cidadãos pelo Império Otomano.

deste) e a expansão do hebraico (elemento de coesão nacional) são dois exemplos disso. Foi nesta *aliá* que chegou aos territórios palestinos, ainda criança, Ben Gurion, figura crucial para a independência de Israel em 1948 (CULLA, 2005, p.88-91). Somente a partir desta segunda *aliá* que a relação entre palestinos e judeus assume uma característica conflituosa.

A nação judaica – se assim podemos chamar – surgiu, assim, antes do Estado judeu. O sionismo formou-se como um movimento nacional dos judeus em busca por um Estado que os protegessem. O nacionalismo já era uma força profunda surgida na Europa do século XIX, como apresentamos no capítulo anterior, e se espalhava por outras regiões do planeta. O fenômeno nacionalista, vale ressaltar, apresenta características ambíguas, pois além de gerar uma reação antissemita, deu subsídios para que os judeus fortalecessem uma identidade comum e propusessem a formação de um Estado próprio. Os principais líderes sionistas conseguiram traçar seus objetivos (a criação do Estado) e buscaram meios para a sua implementação, formando, assim, um sistema de finalidades. O alcance desse objetivo foi possível, como pretendemos demonstrar, aliado a outra força profunda da virada do século XIX para o século XX: o imperialismo.

3.1 A questão judaica

Em fevereiro de 1844, foi publicado nos Anais Franco-alemães o famoso artigo de Karl Marx (2009) “Para a questão judaica”. Neste trabalho, um dos seus primeiros, ele dialoga com Bruno Bauer, importante filósofo da chamada esquerda hegeliana da qual o próprio Marx fez parte e logo depois se desvinculou. O nosso objetivo não é analisar os pormenores do texto da juventude deste pensador alemão, mas perceber as condições em que viviam os judeus no século XIX à qual ele faz referência, pois estas condições caracterizavam a “questão judaica”, fundamental para compreender a formação do sionismo.

O que estava posto para os judeus na Europa Oitocentista era a emancipação política. Joan Culla defende que o sionismo, como um movimento nacionalista nasceu no “continente europeu que, durante la segunda mitad del siglo XIX, alberga aproximadamente el 85% de los 8-10 millones de judíos del mundo” (CULLA, 2005, p.16). É neste continente que se inicia a luta pela emancipação política dos judeus. A

“questão judaica” compreende o motivo principal que os levou a buscarem essa emancipação. Afinal, o que compreende essa questão?

Como argumenta Theodor Herzl, precursor do sionismo político⁴³, “El problema judío existe. Sería necio negarlo. Es un residuo de la Edad Media, del cual los pueblos civilizados, con la mejor voluntad, no saben deshacerse aún” (HERZL, 1976, p.30). E esse “problema” seria resumido na “miseria en que viven los judíos” (HERZL, 1976, p. 45).

Desde a chamada Idade Média, os judeus viveram frequentes e fortes perseguições. Com a expansão dos movimentos nacionalistas pela Europa, como descrevemos anteriormente, a situação acentuou-se ainda mais. Os sentimentos de pertencer a uma nação eram (e ainda o são) intensificados com a presença do “estrangeiro”, o “outro”, que é visto muitas vezes como ameaçador. Isso iniciou um processo de constantes manifestações racistas e xenófobas nos países europeus. Nesse sentido, para muitos europeus no auge do nacionalismo, esse “estrangeiro-ameaça” estava personificado na figura do judeu, e essas ações xenófobas foram expressas pelo antissemitismo.

O “problema judeu” já existia anteriormente aos movimentos nacionalistas, mas se intensificou nesse período, principalmente após 1870, pois, como vimos, os nacionalismos europeus assumiram novas características. As ações de antissemitismo chegam ao seu auge, não podemos deixar de lembrar, com o nazismo e a proposta de destruição completa da cultura judaica e de seus membros.

Um dos momentos mais representativos do sentimento antissemita dos europeus se deu na Rússia por meio dos *pogroms*. De acordo com Culla:

La palabra rusa *pogrom* (de *po*, “completamente”, y *gromit*, “destruir”) [sic] evoca de manera muy clara la oleada de terror y de sangre que golpeará a las comunidades judías de Ucrania Occidental, Polonia, Bielorrusia y Lituania durante más de un año, hasta mediados de 1882 (CULLA, 2005, p.23).

As agressões promovidas pelos russos geraram, de acordo com o mesmo autor, “la atmósfera de miedo, de vulnerabilidad y de penuria en el seno de las comunidades judías, crece la sensación de que ningún judío está ya seguro en lugar alguno del inmenso país” (CULLA, 2005, p. 23). Todavia, este sentimento de insegurança não

⁴³ Veremos adiante no que consiste o sionismo político

pertencia apenas aos judeus que viviam na Rússia e sim a todos os que viviam na Europa e eram alvos de perseguições e exclusão.

É difícil determinar ao certo os motivos que promoveram essas atitudes ofensivas contra os judeus. Segundo o próprio Herzl, isso se dava pela “cierta superioridad en los negocios financieros” (HERZL, 1976, p.47). De acordo com Marx em “Para a questão judaica”, Bruno Bauer afirmava serem os judeus preconceituosos religiosamente, colocando-se como inimigos de todos os outros que tivessem outra religião (MARX, 2009, p.39-40). Para Ahmed Fayez, os judeus nada têm de específico, não há um “povo judeu”. Para ele, isso seria uma criação que permitiu a estes se intitulem como “povo eleito” e que, da mesma maneira que deu subsídios para formar uma identidade judaica, criou condições para surgir o antissemitismo. Os judeus só teriam uma característica peculiar, e nesse momento ele se baseia em Marx, que era a questão econômica⁴⁴, e, a partir do momento em que se intitulam como especiais, passam a ser tratados ofensivamente (FAYEZ, 1969).

Independente dos motivos que permitiram o surgimento do antissemitismo, a solução para esse “problema judaico” se deu, para alguns, principalmente, por duas vias: a assimilação, que compreendia a integração cultural às novas nações europeias; e as migrações, que retirou milhões de judeus de suas casas em busca de melhores condições de sobrevivência⁴⁵. Além dessas duas, outras alternativas foram apresentadas, como aponta Culla: a proposta nacionalista do *Hohmat Israel*⁴⁶, a proposta de autonomia socialista, além da assimilação revolucionária marxista, entre outros (CULLA, 2005).

Para Marx, a questão da emancipação política dos judeus perpassava pela autonomia do Estado diante de qualquer religião. Para ele, o Estado não deveria professar nenhum tipo de crença religiosa para que os judeus pudessem ter liberdade de professar sua fé em qualquer país. A crítica do pensador alemão, entretanto, insere-se no sentido de que, na luta pela emancipação política, os judeus não estariam se emancipando por completo (MARX, 2009).⁴⁷

⁴⁴ Para este autor, “todos os judeus tinham o mesmo direito, até o mesmo dever, ganhar dinheiro” (FAYEZ, 1969, p.21)

⁴⁵ Segundo Joan Culla: “sólo durante el período de los alborotos antisemitas de 1881-1882 huyen precipitadamente de Rusia entre 30.000 y 40.000 hebreos; desde aquel momento y hasta 1914, casi 3 millones de judíos abandonarán la Europa Oriental en busca de la seguridad física, de los derechos civiles y de un porvenir menos mísero” (CULLA, 2005, p.24).

⁴⁶ Um tipo de versão judaica do Iluminismo.

⁴⁷ Marx distingue a emancipação política da emancipação humana. O fato de os judeus conseguirem a emancipação política, que viria com a não proclamação do Estado de uma religião oficial, não implica

Theodor Herzl compreendeu de maneira distinta a situação. Para o fundador do sionismo, os judeus só estariam emancipados quando, assim como vários outros europeus, o povo judeu estivesse sob a proteção de um Estado específico para eles. Diante do “problema judaico” caberia “um plano”. Para ele, “Se nos debe conceder la soberanía sobre una porción de la superficie de la tierra adecuada a nuestras necesidades y a nuestras justas ambiciones de pueblo: a todo lo demás ya proveeremos nosotros mismos” (HERZL, 1976, p.55). Ou seja, havia apenas uma solução: a criação de um Estado judeu. Sobre esta base se formou o movimento sionista.

3.2 *Sionismo: o nacionalismo judeu*

O termo “sionismo”, afirma Walter Laqueur (2003), foi utilizado pela primeira vez em 1892 por Nathan Birnbaum em um debate em Viena. A nova terminologia faz referência ao Monte de Sion, uma montanha situada na cidade de Jerusalém (COMAY, 1983). Apesar de ter sido utilizado pela primeira vez em 1892, passou a circular com mais frequência no vocabulário das pessoas, principalmente, cinco anos depois, no I Congresso Sionista, ocorrido na Basileia, quando o sionismo assumiu um caráter de movimento nacionalista judeu.

Como afirmamos anteriormente, diante das privações vividas, os judeus buscaram alternativas visando melhores condições de sobrevivência. Dentre as várias propostas apresentadas, estava a de estabelecer um sentimento nacional entre os judeus e a volta à “Terra prometida”, a Palestina, no que Joan Culla chamou de “protosionismo” (CULLA, 2005). Apesar da ideia de uma possível nação judaica já existir, foi apenas com o sionismo que o nacionalismo judeu tomou formas mais concretas e surgiram ações mais efetivas nesse sentido.

Quatro anos após o termo sionismo ter sido utilizado pela primeira vez, Theodor Herzl lançou seu famoso livro “O Estado Judeu” e começou a dar uma nova face ao nacionalismo judaico. Neste livro, o autor propõe a criação de um Estado único dedicado ao povo judeu. Para ele, “Es una cuestión nacional, y para resolverla debemos hacer de ella un problema de política internacional, que ha de ser liquidado en el consejo de las naciones civilizadas” (HERZL, 1976, p. 30). Esse é um aspecto muito interessante, pois há um esforço constante do autor em demonstrar que a questão não é

dizer que eles seriam verdadeiramente emancipados. Era necessário, assim, lutar não apenas pela emancipação política, mas pela emancipação humana.

religiosa, mas política e tenta levar a discussão para o plano internacional, entre os “civilizados”, ou seja, os europeus.

Para muitos, o que estava em jogo era a própria existência cultural dos judeus e esta questão não se resumia apenas aos aspectos religiosos. Após tantos anos de dispersão e perseguição, que culminou, em vários casos, na assimilação de judeus, era grande a probabilidade da cultura judaica se perder com o tempo. Mas, segundo Herzl, no final do século XIX, “la personalidad del pueblo judío no puede, ni quiere, ni debe desaparecer” (HERZL, 1976, p.35)⁴⁸.

A proposta de Herzl não foi inicialmente aceita por muitos judeus da classe média. Dessa maneira, ele percebe que a alternativa para isso seria investir nas massas, popularizando sua ideia. É nesse sentido que, em 1897, iniciou-se o I Congresso Sionista. Pela primeira vez, de maneira mais sistemática, organizou-se o objetivo principal da Organização Sionista Mundial e os meios para alcançá-los. De acordo com o programa estabelecido em Basileia:

O sionismo busca estabelecer um lar para o povo judeu na Palestina assegurado pelo direito público. O congresso considera os seguintes meios para a concretização desse objetivo:

- 1) O desenvolvimento com recursos próprios do estabelecimento de agricultores, artesãos e operários industriais.
- 2) A organização e união de todos os judeus por meio de instituições apropriadas, tanto locais como internacionais, de acordo com as leis de cada país.
- 3) O fortalecimento do sentimento nacional e da consciência nacional judaicos.
- 4) Passos preparatórios para a obtenção do consentimento de governos, onde for necessário, para que o objetivo do sionismo possa ser alcançado (HERZL, 1978, p.7).

Temos aqui o estabelecimento do *sistema de finalidade* sionista. Diante desse plano de trabalho, podemos destacar alguns pontos essenciais. O primeiro deles diz respeito ao objetivo de criar um “lar judeu” garantido pelo “direito público”. No livro publicado em 1896 por Herzl estava definido claramente que a solução era criar um Estado e não apenas um lar, que é uma proposta muito mais genérica. De acordo com Aura Gomes (2001), essa escolha pelo termo “lar” foi uma decisão pragmática dos sionistas e está relacionada com a preocupação destes em não causar uma afronta aos turcos otomanos. Assim, “o termo ‘lar’ não passava de um eufemismo para a palavra

⁴⁸ Veremos adiante a vertente do sionismo cultural que defende esta tese.

‘Estado’” (FAYEZ, 1969, p.31), evitando a ira dos otomanos que poderia dificultar a implementação da proposta.

A proteção do direito público foi também, para Ahmed Favez (1969), outro eufemismo para “direito internacional”. A proposta é feita por Herzl em “O Estado judeu” e já apresentava a necessidade dos sionistas buscarem apoio internacional para alcançar seu intuito principal, questão realçada no quarto ponto do plano. Por isso, um dos meios apontados pelo programa da Basileia consiste em obter o consentimento dos mais variados governos possível.

Deve-se destacar a importância, assim, dada pelo sionismo à questão diplomática. Herzl sempre enfatizou na necessidade de se procurar apoio internacional. Como argumenta Favez:

A criação de uma instituição quase estatal, dotada de instrumentos econômicos de colonização, não bastava para atenuar a ausência de uma Metrópole, fazendo-se necessário, por isso, desenvolver esforços diplomáticos em todas as direções para obter proteção de uma ou outra das Grandes Potências (FAYEZ, 1969, p.34).

No seu discurso no I Congresso Sionista, Herzl apontou para onde as possíveis negociações diplomáticas poderiam caminhar, destacando a importância dos judeus no comércio internacional e na “ajuda financeira que os judeus podem oferecer à Turquia [que] é bastante vultosa e servirá para solucionar muitos males internos que afligem aquele país” (HERLZ, 1978, p.12). O líder sionista já buscava elementos para barganhas. Antes, ele já havia procurado o apoio da Alemanha para a causa sionista, sem muito êxito, e, em seguida, procurou tranquilizar os turcos, além de reivindicar seu apoio, também sem sucesso. Além das tentativas por conseguir ajuda das grandes potências, havia “una viva preocupación por la imagen, un sentido teatral de las relaciones públicas, habilidad para crear una ilusión de poder allí donde no lo hay...” (CULLA, 2005, p.61).

O problema não era apenas conseguir apoio das forças estrangeiras, mas dos próprios judeus já que muitos, em um primeiro momento, não tinham aceitado a proposta de Herzl. Não fazia sentido criar um Estado nacional judeu sem que entre eles mesmos não houvesse um consenso. Devido a isso, um dos meios propostos pelo Congresso da Basileia – no terceiro ponto do programa – era fortalecer o sentimento nacional e, a partir de então, o nacionalismo judeu assume proporções mais amplas.

No discurso de abertura do Congresso Sionista, Herzl afirma que “um povo tem de ajudar-se a si mesmo. Se não for capaz de fazê-lo, não haverá ajuda para ele. Nós, os sionistas, queremos estimular o povo para que se ajude a si mesmo” (HERZL, 1978, p.11). Deveriam os judeus se identificar com a causa. E, após algumas semanas da realização do Congresso, Herzl confessa que o seu maior resultado foi “ter demonstrado que o pensamento nacional judaico possui uma força unificadora capaz de agregar numa massa homogênea todas as diferenças linguísticas, sociais, políticas e religiosas” (HERZL, 1978, p.16).

Em linhas gerais, a partir de Herzl e do I Congresso Sionista “el incipiente nacionalismo judío empieza a conocer la edad de las emociones colectivas, la mentalidad y los métodos de la política de masas que por entonces está eclosionando en Occidente” (CULLA, 2005, p.54).

A solução de um Estado-nação para os judeus parecia mais evidente no final do século XIX. Não podemos esquecer que, no mesmo período, o nacionalismo se apresentava como uma força profunda, determinando muitos fatores das relações internacionais. Assim, o sionismo está diretamente relacionado aos movimentos nacionais europeus do século XIX, não só por absorver seus elementos, como por ser uma reação ao antissemitismo gerado por aqueles movimentos. Para Jacob Tsur, então:

Este movimento [sionista] faz parte do grande processo histórico da emancipação das nações que teve início na Europa, da Itália aos Balcãs, durante a primeira metade do século XIX, e difundiu-se com a conquista da independência dos países da África e da Ásia, após a Segunda Guerra Mundial (TSUR, 1977, p.7).

Apresentando-se como uma força tão expressiva que garantia a soberania a tantos povos, por que os judeus não poderiam consegui-la também? Esta pergunta inquietava Herzl e muitos outros judeus. Ora, “possuindo sua concepção de povo desde os tempos ancestrais e buscando uma solução para seus problemas modernos, os judeus não poderiam deixar de influenciar-se pelo sentimento nacionalista” (COMAY, 1983, p.9) e, conseqüentemente, conseguir seu Estado.

Não obstante, como vimos anteriormente, o discurso de nação é construído. Apesar dos esforços dos idealizadores em mostrar a sua natureza, ela nada tem de inato. Os sionistas apresentaram a proposta de criação do Estado nacional judeu. Apostavam na ideia de um povo judeu. Todavia, o nacionalismo judaico, assim como os demais,

teve que ser construído e alguns esforços foram concentrados pelos sionistas para alcançar este objetivo.

Dois elementos foram fundamentais nesse processo: a língua hebraica e a religião judaica. Ao analisarmos o processo de expansão do nacionalismo a partir da década de 1870, percebemos que a língua se caracterizou como instrumento fundamental formador de identidades nacionais. Com o nacionalismo judeu não foi diferente. Apesar de autores como Tsur (1977, p.16) defenderem que o hebraico sempre se apresentou como elemento de unificação entre os judeus, Hobsbawm argumenta que o hebraico foi reconstruído. Para enfatizar a importância das línguas como elemento de formação de identidades nacionais utilizadas a partir de determinados interesses, o historiador inglês afirma que:

Não são os problemas de comunicação, ou mesmo de cultura, que estão no coração do nacionalismo da língua, mas sim os de poder, *status* [sic], política e ideologia. Se a comunicação ou cultura tivessem sido a questão crucial, o movimento nacionalista judeu (sionismo) não teria optado por um hebraico moderno que ninguém falava e em uma pronúncia diferente daquela usada nas sinagogas europeias (HOBSBAWM, 2008, p.134).

Ou seja, para Eric Hobsbawm, havia interesses políticos e ideológicos no momento em que uma língua passava a ser fator de identificação nacional, não era algo dado naturalmente. Nesse sentido, os sionistas tinham o interesse político para fortalecer o sentimento nacional (um dos meios propostos no programa da Basileia) e viram a recriação do hebraico como um instrumento para isso. Segundo o mesmo historiador, o ídiche era falado por 95% dos judeus do mundo (HOBSBAWM, 2008, p.134). E, dessa forma, “o idioma [hebraico] era aprendido mais como um distintivo do compromisso com o sionismo do que como um meio de comunicação” (HOBSBAWM, 2009, p.209).

A religião, sem dúvidas, foi outro elemento catalisador de identidade. Do ponto de vista simbólico, nada mais propício para formar o sentimento de pertencimento a um mesmo grupo do que as mesmas crenças. Para Hobsbawm, a religião assume papel de “força mobilizadora mais poderosa” (HOBSBAWM, 2009, p.229). No caso dos judeus, que tinham a religião como fator especial na sua definição como povo específico, esse aspecto é ainda mais importante.

O fator religioso foi crucial para compreender o porquê da Palestina. Herzl apresenta a possibilidade para a construção de um Estado judeu entre Argentina e Palestina. O primeiro território amistosamente mostrava interesse em ceder terras para

os judeus, mas o segundo “es nuestra patria histórica. [...] un llamamiento poderosamente conmovedor” (HERZL, 1976, p. 59). Esta era, para os judeus, a “terra santa” e haveria uma “ligação histórica do povo judeu com a Terra de Israel” (COMAY, 1983, p.7). A questão religiosa foi, então, importante fator para o fortalecimento da coesão nacional. Criou-se um consenso em torno do retorno à “terra santa”. E, apesar de os judeus viverem dispersos pelo mundo, a Palestina tornou-se sua identidade territorial.

Para o nacionalismo judeu, dessa maneira, havia um “direito histórico” em relação ao território palestino. Segundo Finkelstein:

O direito de preempção do povo judeu de todo o mundo à Palestina decorreria de três “fatos” inter-relacionados: (1) a ligação do povo judeu com a terra da Palestina era *sui generis* [sic]; (2) os habitantes árabes da Palestina, embora efetivamente constituíssem uma nação, não formavam uma nação separada, antes fazendo parte de uma nação árabe maior, para a qual a Palestina não tinha especial ressonância; *ergo* [sic] (3) o povo judeu tinha um direito “histórico” à Palestina, ao passo que a população árabe local podia na melhor das hipóteses reivindicar simples direitos “residenciais” na região (FINKELSTEIN, 2005, p.68).

Narramos até aqui ações e propostas do sionismo político. Entretanto, o sionismo não era homogêneo. Os membros deste movimento possuíam o interesse comum de criação do Estado judeu, mas havia percepções distintas entre eles. Com efeito, alguns autores destacam, em linhas gerais, quatro vertentes do sionismo: político, trabalhista, religioso e cultural.

O sionismo político foi, talvez, a vertente mais forte entre os sionistas, tendo o Estado nacional como seu principal objetivo, fundado na proposta de Herzl. Para o sionismo trabalhista, segundo Finkelstein (2005), “a questão judaica não era apenas a ausência de um Estado, mas a estrutura de classe da nação judaica, que se havia tornado desequilibrada e deformada ao longo da longa dispersão” (FINKELSTEIN, 2005, p.61).

Estes sionistas receberam uma forte influência socialista e “fizeram do sionismo socialista (ou socialismo trabalhista) a mais poderosa força do Movimento Sionista do *Yishuv* [sic] e depois do Estado de Israel” (COMAY, 1983, p.13). A proposta dessa corrente era a formação de um Estado judeu com premissas socialistas.

Comay cita o sionismo religioso como uma vertente dos religiosos ortodoxos do judaísmo. Para eles, “era uma heresia um movimento nacionalista secular antecipar-se à vontade divina (COMAY, 1983, p. 14). Caso os judeus tivessem de retornar à “Terra Santa” não seria por vias políticas, mas pela vontade de Deus. Ou seja, estes religiosos

não concordavam com as negociações políticas realizadas pelos sionistas políticos, principalmente, liderados por Herzl.

Por fim, há o sionismo cultural. Para os vinculados a esse grupo, o objetivo não era “resolver o ‘problema judeu’, mas o ‘problema do judaísmo’ no mundo moderno” (FINKELSTEIN, 2005, p.62). A criação do Estado judeu seria uma maneira de conservar a cultura judaica, tornando a Palestina “um centro cultural para a todas as comunidades judaicas da Diáspora” (COMAY, 1983, p.13).

Apesar dessas diferenciações internas, acreditamos que a proposta base continua sendo a mesma: o Estado judeu na Palestina. E foi esse objetivo que fortaleceu todo o sentimento nacional e fez com que os sionistas buscassem meios para sua implementação. Essas vertentes sionistas se complementam mais do que se contrapõem.

Além dessas vertentes sionistas que, apesar de terem alguns pontos de discordância, possuíam a mesma premissa, houve alguns dissidentes que a questionavam. Muitos judeus começaram a perceber na proposta sionista não uma alternativa para uma minoria oprimida, mas um novo projeto de opressão. Para esses dissidentes:

Por trás da exigência de uma maioria judaica se escondia a intenção de estabelecer uma alegação de direitos superiores sobre o pretendido Estado, conferindo aos judeus uma “vantagem em matéria de direitos” e presumindo a dominação e a supressão dos árabes da Palestina (FINKELSTEIN, 2005, p.65).⁴⁹

Diante disso, percebemos que a força profunda do nacionalismo surge na Europa e se expande por outras regiões do planeta. Assim como ela se apresenta como uma intensificadora do “problema judeu”, por meio do antissemitismo, assume também uma possível solução, com o sionismo. Foi o movimento sionista, como dito anteriormente, que criou um sistema de finalidades. Um dos meios pensados para alcançar o objetivo do Estado judeu foi buscar apoio de vários governos. Nesse momento, a força profunda do imperialismo apresentava-se muito propícia para isso e os sionistas souberam utilizá-la muito bem.

⁴⁹ As críticas ao sionismo não se resumem aos dissidentes do movimento. Walter Laqueur (2003) apresenta ademais da oposição árabe, a crítica da Igreja Católica, dos nacionalistas asiáticos e dos comunistas ao sionismo.

3.3 *O sionismo e o imperialismo*

Há três aspectos a serem destacados sobre a força profunda do imperialismo que se desenvolveu na Europa e suas consequências no Oriente Médio. O primeiro deles diz respeito ao interesse político-estratégico que esta região despertou nas potências imperialistas. O segundo – que não deixa de se relacionar diretamente com o primeiro⁵⁰ – é o aspecto ideológico. O terceiro refere-se aos interesses econômicos das potências que viram, na aliança com os judeus, uma relação benéfica. Foi utilizando-se desses três elementos que o sionismo conseguiu, em grande medida, atingir seu objetivo principal que era a construção de um Estado judeu, os interesses judaicos confluíram com as propostas expansionistas europeias.

Desde o início do empreendimento sionista, Herzl já reconhecia que agindo sozinhos os sionistas não chegariam muito longe. Fazendo uma análise do contexto internacional que o cercava, Theodor Herzl percebeu que sem o apoio de uma grande potência imperial, os objetivos do sionismo ficariam presos ao papel. Sua preocupação ao escrever “O Estado judeu” voltava-se para a Europa.

Essa contribuição europeia imperialista só ocorreria se houvesse uma contrapartida do sionismo. Eles deveriam representar os Europeus naquela região e ser o “braço” do Ocidente. Isso era nítido a Herzl. Não à toa que sua proposta para os europeus era ser “a sentinela avançada da civilização contra a barbárie”. Essa afirmação, envolta por toda a questão ideológica contida na dominação imperialista, significa que os sionistas defenderiam os interesses da potência ocidental que se dispusesse a ajudar. A criação do Estado judeu seria a garantia do domínio no Oriente Médio.

Como citamos anteriormente, isso levou o líder sionista a buscar os mais variados impérios da época como a Alemanha, o próprio Império Otomano e a Inglaterra. O Império Britânico era o mais extenso e importante do final do século XIX. E, diante do contexto do imperialismo de interesses por colônias, visando questões econômicas e políticas, Herzl viu a possibilidade de conseguir auxílio inglês na empreitada sionista de construção de um Estado judeu. De acordo com Joan Culla, os britânicos teriam dois grandes interesses em apoiar o sionismo.

De un lado, porque la primera potencia mundial alberga grandes ambiciones sobre el Cercano Oriente otomano, y desea conocer y/o

⁵⁰ Pois o interesse estratégico se expressa na possibilidade de dominação que tem – como já foi analisado – no discurso ideológico um importante instrumento.

controlar cualquier factor que pueda influir en el futuro de la zona; de otro, porque el flujo de inmigrantes-refugiados hebreos del este que desembarcan en la Gran Bretaña empieza a excitar a la opinión pública, y las autoridades piensan que desviarlos hacia otro destino, hacia el asentamiento judío que el sionismo propugna, podría ser una buena solución (CULLA, 2005, p.64).

O interesse inglês sobre os territórios do Oriente Médio existiam. O interesse sionista no apoio britânico também. Contudo, a “aliança” não foi firmada em um primeiro momento. Não era interessante para a Grã-Bretanha a intervenção na área. O Império Otomano era visto como uma proteção contra possíveis invasões no Oriente Médio. Herzl faleceu em 1904 e nenhuma dessas negociações avançaram até o momento de sua morte.

É somente após o falecimento do primeiro líder sionista que os caminhos do movimento mudaram. Duas questões estavam postas para os sucessores de Herzl: buscar apoio das potências europeias ou infiltrar-se nos territórios palestinos aos poucos (CULLA, 2005, p.86). Muitos foram os debates para encontrar a resposta. Dentre as propostas feitas, destacou-se a de Chaim Weizmann que propunha a síntese dessas duas ações no “sionismo sintético”. Eram, para Weizmann, perfeitamente complementares as ações de infiltração nos territórios palestinos enquanto houvesse busca por auxílio diplomático. Sob a liderança de Weizmann, o mundo e o sionismo entraram em uma nova fase, prova disso foi a segunda *aliá* ter atingido o total de 40 mil pessoas em uma década (1904-1914) e ter se caracterizado pela alta politização de seus membros.

As tensões europeias se intensificavam em um movimento que culminou na Primeira Guerra Mundial. Os turcos otomanos, ao entrarem nesta, iniciaram um processo de perseguição e extorsão junto à população judaica na Palestina. A situação dos judeus piorava devido à instabilidade econômica vivida no período de guerra (CULLA, 2005, p.97). Além disso, as perseguições e medidas antissemitas assumem grandes proporções (LAQUEUR, 2003). Todavia, o período da “Grande Guerra” foi marcado positivamente para as aspirações sionistas.

Os britânicos não tinham mais interesse na manutenção do Império Otomano. Pelo contrário. Na medida em que a guerra avançava, os aliados (Rússia, França e Grã-Bretanha) já começavam a negociar a partilha do território otomano a partir de acordos secretos. Nesse contexto, Weizmann assumiu um papel crucial para o sionismo. Apesar

do intenso debate para decidir como o movimento se envolveria com a guerra⁵¹, foi desse conflito mundial que os sionistas obtiveram os melhores resultados para a implementação de seus objetivos até então.

A França já acenava para um interesse no Oriente Médio. A Inglaterra negociava com o rei egípcio apoio árabe na luta contra os turcos-otomanos e, em resposta, os ingleses apoiariam a formação de um Estado árabe independente. Como afirma Aura Gomes, esse acordo consistia no

apoio militar árabe à Entente, durante a Primeira Guerra Mundial, na frente contra os turcos, garantindo em contra-partida, no caso de vitória, a independência dos povos árabes de um Estado árabe independente ou de uma Confederação de Estados árabes independentes. Esse acordo foi formalizado através da correspondência Husayn-McMahon (1915-1916) e através de declarações e memorandos do governo britânico (GOMES, 2001, p.19).

Apesar desse acordo com os árabes – que foi feito secretamente –, os britânicos não se intimidaram em se posicionar a favor dos sionistas. Como dissemos, Weizmann teve um papel especial nesse processo de (re) aproximação dos interesses ingleses na Palestina. Culla mostra-nos um Weizmann com extrema habilidade política que, desde 1914, já tentava estabelecer contatos com as principais lideranças inglesas e judaicas. Segundo ele:

Su mensaje básico es siempre el de la coincidencia y la complementaridad entre los anhelos sionistas y los intereses estratégicos de Londres en el Próximo Oriente de la posguerra, coincidencia que podría cristalizar en la creación en Palestina de un “hogar”, de una “patria”, de una “comunidad” judía – la prudencia desaconseja el término “Estado” – bajo soberanía y protección inglesas (CULLA, 2005, p.112).

Ademais do constante jogo político em que Weizmann sempre articula os dois interesses, alguns autores afirmam que este líder sionista tinha uma importante rede de relações pessoais que lhe favoreceram. De acordo com Ralph Schoenman (2008), por exemplo, o general Jan Smuts⁵² era amigo pessoal de Weizmann e influenciou as autoridades britânicas no apoio ao sionismo. Mas a questão não era somente política – com o interesse estratégico britânico na região –, nem pessoal – com as relações

⁵¹ Para mais detalhes sobre como se deu o debate entre as principais lideranças sionistas para definir o papel do movimento na Primeira Guerra Mundial, ver Laqueur (2003).

⁵² Importante líder político que tinha grande influência no governo inglês. Foi Primeiro-Ministro da África do Sul.

estabelecidas pelo líder sionista. O aspecto econômico foi decisivo no apoio inglês aos judeus. Segundo o próprio Schoenman:

Durante anos os britânicos utilizaram a direção sionista para conseguir apoio dos bancos e grandes capitalistas judeus dos Estados Unidos e Grã-Bretanha para sua guerra contra o Império Alemão. Com Weizmann, preparavam-se para utilizar a colonização sionista da Palestina como instrumento para controlar politicamente a população palestina (SCHOENMAN, 2008, p.54).

Foi nesse sentido que, em 1917, foi publicada a Declaração de Balfour – ministro das relações exteriores da Grã-Bretanha – que mudou os rumos do Oriente Médio. Tal Declaração afirma:

Dear Lord Rothschild,

I have much pleasure in conveying to you, on behalf of His Majesty's Government, the following declaration of sympathy of with Jewish Zionist aspirations which has been submitted to, and approved by, the Cabinet.

“His Majesty's government view with favour the establishment in Palestine of a national home for Jewish people, and will use their best endeavours the facilitate the achievement of this object, it being clearly understood that nothing shall be done which made prejudice the civil and religious rights of existing non-Jewish communities in Palestine, or the rights and political status enjoyed by Jews in any other country”

I should be grateful if you would bring this declaration to the knowledge of the Zionist federation (BALFOUR apud LAQUEUR, 2003).⁵³

A importância deste documento está no fato de, pela primeira vez, uma grande potência se declarar “simpática às aspirações sionistas”. Até então, apesar das negociações secretas, nada tinha sido feito nesse sentido. A maior potência da época se propunha a mobilizar todos os seus esforços para a implementação do “lar judeu”. Isso era um avanço incomensurável para o sionismo.

Sem embargo, Culla nos alerta para algumas ambiguidades encontradas na Declaração: o que compreenderia este “lar nacional”? Em que parte da Palestina? E sobretudo, quais as condições para isso? (CULLA, 2005, p.115-116). A declaração acabou por ser muito vaga em alguns aspectos.

⁵³ A imagem deste documento está presente no livro de Walter Laqueur (2003). Reproduzimo-lo no anexo B.

A grande questão que estava em jogo era o papel dos árabes nesse processo. A Grã-Bretanha tinha assumido um compromisso com os povos árabes de promover a independência deles após a Guerra e, agora, apresentava-se a favor da construção de um “lar judeu” na Palestina. Por isso, houve uma preocupação de, na própria Declaração, definir que não haveria nenhum prejuízo aos povos “não-judeus” no que tange aos seus direitos políticos e civis. A Inglaterra iniciou, assim, uma negociação com os árabes, temendo algum tipo de reação. Segundo Joan Culla, a política britânica se intensificou em tentar a harmonização dos interesses sionistas e árabes (CULLA, 2005, p.117).

Para os sionistas as reações árabes não teriam muito valor, pois, a partir de então, eles poderiam falar em nome do império britânico. A Declaração de Balfour tornou-se a “Constituição” dos judeus nos territórios palestinos. O *Yishuv* – comunidade judaica na Palestina – começou a assumir características muito parecidas com a de um Estado.

Após essa Declaração, defende Aura Gomes, “A Organização Sionista passou a se concentrar na imigração em massa de judeus à Palestina, e Weizmann dedicou-se especialmente em realizar outra proposta do Congresso da Basileia: a busca do amplo apoio dos judeus ao movimento” (GOMES, 2001, p.15), apoio este que seria mais fácil de conseguir, pois os judeus se sentiriam mais seguros nesse empreendimento, graças à proteção inglesa.

A “Grande Guerra” tem seu fim em 1918. O trauma causado por esta fez com que os principais envolvidos fundassem a Sociedade das Nações com o objetivo de incentivar as relações harmoniosas entre os países e evitar uma nova guerra. Sabemos do fracasso que representou essa nova instituição internacional. Um dos motivos que acarretaram essa falta de êxito diz respeito à manutenção de muitos valores das relações internacionais pré-Guerra⁵⁴. A mentalidade imperialista da superioridade europeia não tinha sumido com a Primeira Guerra. O exemplo mais nítido disso é o já citado artigo 22 do Pacto da Sociedade das Nações que prevê a superioridade dos europeus que por “uma missão sagrada da civilização” deveria ter a tutela dos povos atrasados. É sob esta perspectiva que surge, previsto pelo mesmo artigo, o sistema de Mandatos.

Esses Mandatos tinham como objetivo “conciliar as exigências colonialistas do momento e a necessidade política e moral de reconhecer, mesmo que de forma

⁵⁴ Edward Carr (2001) foi o primeiro grande crítico disso. Ele, na década de 1930, já anunciava o fracasso da Sociedade das Nações por incorporar os valores liberais do século XIX. As grandes potências, para ele, não tinham percebido que o mundo havia mudado.

enviesada, os direitos dos colonizados” (GOMES, 2001, p.23), pois o não reconhecimento poderia causar resistência.

Exatamente nessa concepção ideológica de superioridade europeia que os sionistas vão investir. Eles reafirmam a proposta de apoio no processo civilizador protagonizada pela Europa. Este foi o momento exato de enfatizar a antiga ideia elaborada desde Herzl de que

O Estado Judeu deve ser uma cunha europeia na Ásia, mancha de civilização no mundo de barbárie. Não se cogita integrar o Estado proposto no local em que eventualmente ele venha a ser erigido, mas transplantar a Europa para lá (PINSKY, 1977, p.137).

Três anos depois do Pacto da Sociedade das Nações, a Palestina fica sob o Mandato da Grã-Bretanha que, como vimos, tinha investido na dominação da área. Este Mandato Britânico reafirma a Declaração de Balfour publicada cinco anos antes, em 1917. Uma das questões principais era o estabelecimento do “lar judeu” na Palestina⁵⁵. Para isso, prevê a criação de um organismo específico dos judeus para implementar condições visando este objetivo.

Um pouco antes do Mandato britânico já se tinha iniciado a Terceira *aliá* que trouxe mais uma considerável quantidade de migrantes judeus para as terras Palestinas com o incentivo de Herbert Samuel, representante da Grã-Bretanha em Jerusalém (CULLA, 2005, p.131). Como citado anteriormente, a luta de Weizmann na liderança da Organização Sionista era, depois da Declaração de Balfour, receber ainda mais o apoio dos judeus que, sendo traduzidos em migrações para a Palestina, facilitaria a construção de um Estado judeu. Nesse momento, a ideia de “uma terra sem povo” que foi construída no discurso sionista é intensificada.

Para legitimar as investidas sionistas nos territórios palestinos, além de construção da ideia do “direito histórico”, o sionismo divulgou fortemente a ideia de que a Palestina era “uma terra sem povo”. Sendo os judeus um “povo sem terra”, nada mais justo do que habitar esse território. Todavia, a realidade demográfica da chegada dos judeus na Palestina era distinta do que os sionistas veiculavam. De acordo com o censo otomano apresentado por Culla, na década de 1880, a quantidade de judeus na região era de 15 mil (podendo variar até cerca de 20 mil). Os árabes mulçumanos palestinos apresentavam-se em 400 mil, número cerca de 20 vezes maior (CULLA,

⁵⁵ O documento do Mandato Britânico sobre a Palestina de 1922 está reproduzido no anexo II de Gomes (2001).

2005, p.73). Apesar de ter ocorrido um crescimento muito grande da população judaica, como já dissemos, não implica dizer que a população da Palestina em números tenha se apresentado inferior aos judeus.

Em 1936, diante das revoltas dos palestinos, o governo britânico enviou uma comissão que tinha na figura do Lord Peel o seu coordenador. No ano seguinte, tal comissão publicou um relatório sobre a situação na Palestina. De acordo com Michael Comay, “Com esse relatório, a comissão concluía que as posições árabe e judaica estavam muito distantes uma da outra para que se reconciassem num só país e considerava o Mandato impraticável” (COMAY, 1983, p. 25). Com efeito, a solução proposta pela Comissão Peel, como ficou conhecida, foi a partilha da região da Palestina em dois países, um árabe e outro judeu, proposta esta que foi enfatizada em 1947. O problema enfrentado, contudo, foi o demográfico. Diferente da ideia de “uma terra sem povo” proferida pelos sionistas, a população palestina era muito grande na região. Apesar da partilha territorial entre palestinos e judeus, para Ali Abunimah,

The problem was the Arabs, or more specifically, the quantity of them: There were simply too many. While the area allocated for the Arab state would have contained only 1.250 Jews, the Jewish state would have contained more than a quarter of a million Arabs (ABUNIMAH, 2006, p.20)

Segundo Abunimah, “In 1947, there were 1.293.000 Arab Palestinians – Muslims and Christians – and 608.000 Jews in the Country” (ABUNIMAH, 2006, p.23). Ou seja, a ideia veiculada pelos sionistas de que a Palestina era “uma terra sem povo” não correspondia aos números da época e continuou sem corresponder.

Para Joan Culla, essa rejeição em reconhecer os palestinos ocorria pelo fato de os sionistas compartilharem da crença de “superioridade europeia civilizada” em relação aos “atrasados povos asiáticos bárbaros”. Assim:

como europeos de su tiempo, ven la Palestina “identitariamente vacante”, vacía de una vida política y cultural específica, nacional; poblada por unos habitantes autóctonos, sí, pero que no constituyen un pueblo singular, diferenciado de las otras poblaciones árabes del Cercano Oriente otomano (CULLA, 2005, p.80).

A realidade demográfica não comprometeu os objetivos sionistas, o apoio inglês continuou aos habitantes judeus na Palestina. No mesmo ano do início oficial do Mandato Britânico sobre a Palestina, Wiston Churchil, que era o responsável do

governo inglês sobre as colônias, publica o Livro Branco. Este veio enfatizar ainda mais o direito dos judeus habitarem a região. Com o Livro Branco:

Gran Bretaña asume el compromiso del Balfour, pero lo interpreta en un sentido restrictivo: los judíos están en Palestina por derecho propio y no por simple tolerancia, constituyen allí una comunidad con características nacionales cuyo desarrollo [...] dará lugar al futuro hogar, si bien este no significa que el conjunto de Palestina se convierta en un Hogar Nacional Judío, sino que dicho Hogar será establecido “en Palestina” (CULLA, 2005, p.137-138).

Apesar de este documento ainda determinar certo limite aos judeus, respeitando o direito dos árabes palestinos de continuarem vivendo na Palestina, que não se converteria totalmente em um Estado judaico, houve, com ele, outro avanço para os sionistas. O Livro Branco determinava que a comunidade judaica não estava na Palestina por tolerância ou caridade e sim por direito. Esse fator trouxe uma ainda maior estabilidade jurídica e política para os judeus. Tanto é que, logo em seguida, em 1923, inicia-se a quarta *aliá* que, de acordo com Culla (2005), foi uma das mais intensas estendendo-se até 1931.

Outro Livro Branco foi publicado em 1931, agora de autoria de Passfield. Esse documento dava outra interpretação à Declaração de Balfour, que, foi vista para muitos sionistas, como uma tentativa de limitar a migração judaica para a Palestina. A pressão foi grande junto ao governo inglês para rever o novo Livro Branco. Em carta direcionada a Weizmann, o Primeiro-Ministro inglês, Ramsay MacDonald, afirma que as ondas migratórias e a compra de terras na Palestina não sofreriam nenhum tipo de restrição (CULLA, 2005; COMAY, 1983). A partir de então, as condições dos palestinos ficaram cada vez mais complexas.

As décadas de 1920 e 1930, assim, apresentaram-se como muito representativas para o objetivo da criação do Estado judeu. Em 1929, o organismo que tinha sido previsto no mandato para criar as condições necessárias para tal finalidade foi criado. A Agência Judaica surge e assume características quase estatais. Além da Haganá – milícia judaica que atuou durante a época do Mandato britânico na Palestina – que ganha força, depois de ter sido criada em 1920 (CULLA, 2005).

Todos esses fatores fizeram com que a tensão entre os judeus e palestinos aumentasse cada vez mais. A década de 1930 foi caracterizada pela polarização desses dois grupos. Enquanto as migrações judaicas intensificavam, os palestinos buscavam

uma maior organização para a resistência do avanço dos judeus. Estes contavam com o apoio cada vez maior do “mundo ocidental”.

Durante a década de 1940, o apoio inglês aos sionistas se enfraqueceu após vários atritos entre os líderes do sionismo e o governo britânico. Após a Segunda Guerra Mundial a aliança é quebrada. Os judeus buscam, então, a mais nova potência ocidental: os Estados Unidos. Estes, em plena Guerra Fria – e por outros motivos que aqui não cabem ser discutidos⁵⁶ – passaram a ter grande interesse na região que podia sofrer influência soviética. O clima ainda muito forte da tragédia do Holocausto foi um dos principais motivos que permitiram que, em 1948, o Estado de Israel fosse fundado, concretizando o sonho de Herzl. A criação do Estado de Israel pós 2ª Guerra Mundial foi a confirmação de um processo que se estendia desde o final do século XIX. Atualmente, como citamos, Israel estabelece laços fortes com a principal potência ocidental. A máxima “A sentinela avançada da civilização contra a barbárie” foi atualizada para algo parecido com “A sentinela avançada da democracia contra o autoritarismo político/fundamentalismo religioso”.

Assim, parece evidente que o imperialismo com sua proposta de superioridade da civilização europeia, aliado aos interesses econômicos e estratégicos das grandes potências da Europa foi uma força profunda fundamental para os sionistas alcançarem a finalidade da construção de seu Estado. Eles conseguiram traçar bem um sistema de finalidade – com o objetivo do Estado judeu e com a busca por meios para alcançá-lo, tendo forças profundas propícias para isso.

⁵⁶ Para uma discussão sobre um desses motivos, ver mais em Mearsheimer e Walt (2006).

Considerações finais

No decorrer do trabalho identificamos que o estudo teórico das relações internacionais não pode estar distante dos pressupostos históricos, nem estes podem prescindir de uma discussão teórico-conceitual, correndo o risco de caírem ambos em “lugares-comuns”. Nesse sentido, surgiu a preocupação de alguns historiadores franceses em diminuir as distâncias entre história e teoria das relações internacionais. Propuseram, dessa maneira, uma teoria com pressupostos históricos, que se basearia, em grande medida, em dois importantes conceitos: o *sistema de causalidade*, formado, sobretudo, pela ideia de forças profundas; e o *sistema de finalidades*, estabelecidos pelos líderes políticos ao traçarem seus objetivos e meios. Esse quadro teórico definiu as análises propostas na pesquisa.

A partir do pressuposto de que o Estado de Israel foi criado e reconhecido em detrimento de um Estado palestino – mesmo sendo previsto por resoluções da ONU –, levantamos a hipótese de que esse êxito dos judeus se deu pelo fato de estes terem traçado rapidamente um sistema de finalidades bem construído e porque tiveram um sistema de causalidade, ou seja, forças profundas, propícias para implementação dessas finalidades, forças estas que eles souberam utilizar muito bem.

Nesse sentido, destacamos duas forças profundas do final do século XIX: o imperialismo e o nacionalismo. Baseados em interesses, sobretudo, econômicos, articulados com ações políticas e legitimados por um discurso de superioridade da Europa sobre as demais regiões do mundo, os países europeus, com o imperialismo, se expandiram pela África e Ásia, repartindo os territórios e criando áreas de influência. Nesse período, a região que hoje é conhecida por Oriente Médio estava sob o domínio Otomano, grande império em decadência e que, logo após a Primeira Guerra, foi repartido entre os vencedores.

O nacionalismo, por sua vez, também foi um fenômeno muito intenso nesses últimos anos do XIX. A segunda metade do século foi marcada por movimentos nacionalistas que promoveram a unificação de importantes Estados como o alemão e o italiano, além de reações xenófobas e racistas contra os não-europeus.

O sionismo formou-se, então, como um importante movimento em pleno contexto do imperialismo e do nacionalismo, trazendo consigo traços desses dois fenômenos históricos. Em finais do século XIX, a população judia estava espalhada pelo mundo, sofrendo várias manifestações de exclusão e perseguição. Dessa maneira, a

principal proposta do sionismo era a unidade do povo judeu, promovida pela criação de um “lar judeu”, propondo, assim, a criação de um Estado Nacional judeu. O sionismo nasce, assim, como um movimento nacionalista.

Diante disso, para encontrar apoio e implementar suas propostas de maneira efetiva, os sionistas buscaram as principais potências do mundo naquele período. Estas eram, nos últimos anos do século XIX, as grandes potências europeias, principalmente a Grã-Bretanha, que estavam em processo de expansão de seus mercados e territórios. Assim, o sionismo tentou se legitimar, tendo como base o discurso de superioridade dos povos europeus. Os sionistas propuseram ser uma “sentinela avançada da civilização contra a barbárie” dos povos do Oriente Médio. Esse discurso permitiu o apoio europeu aos sionistas e, conseqüentemente, facilitou a implementação de seu objetivo, oferecendo condições concretas para isso.

Referências

- ABUNIMAH, Ali. **One Coutry: a bold proposal to end Israeli-Palestinian impasse.** New York: Metropolitan Books, 2006.
- ACTON, Lord. Nacionalidade. In.: BALAKRISHNAN, Gopal (org). **Um Mapa da Questão Nacional.** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p.23-43.
- ANDERSON, Benedict. **Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism.** London and New York: Verso, 1991.
- _____. Introdução. In.: BALAKRISHNAN, Gopal (org). **Um Mapa da Questão Nacional.** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 7-22.
- AVAAZ, _____, 2011. Disponível em <http://www.avaaz.org/po/independence_for_palestine_en/?copy>. Acesso em 15 de novembro de 2011.
- AXELROD, Robert; KEOHANE, Robert. Achieving Cooperation under Anarchy: Strategies and Institutions. In.: **World Politics.** Vol.38. n.1, 1985. p. 226-254.
- BBC BRASIL, 2011. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/ultimas_noticias/2011/11/111110_unesco_eua_rn.shtml>. Acesso em 05 de maio de 2012.
- BALAKRISHNAN, Gopal (org). **Um Mapa da Questão Nacional.** Tradução Vera Ribeiro. **Rio de Janeiro:** Contraponto, 2000.
- BAUER, Otto. A nação. In.: BALAKRISHNAN, Gopal (org). **Um Mapa da Questão Nacional.** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 45 – 83.
- BEAUD, Michel. **História do capitalismo de 1500 até nossos dias.** Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. 4ª edição. São Paulo : Brasiliense, 2004.
- BISHARA, Marwan. **Palestina Israel: a paz ou o apartheid.** Lisboa: Terramar, 2003.
- BUGIATO, Caio Martins. Teoria do Imperialismo: John Hobson. In.: **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 7, n. 2, 2007, p. 126-139.
- BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. **International Systems in World History: remaking the study of international relations.** Oxford: Oxford University Press, 2000.
- CARR, E.H. **Vinte Anos de Crise.** Tradução Luiz Alberto Figueiredo Machado. 2ª edição. Editora UnB, Imprensa Oficial do Estado, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais: Brasília, 2001.
- CATANI, Afrâni Mendes. **O que é imperialismo.** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. Introdução. In.: **História da política exterior do Brasil.** 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. p. 11-14.
- _____. **A Política Externa Brasileira (1822-1985).** 1. ed. São Paulo: Ática, 1986.
- CHOMSKY, Noam. Israel: la recompensa de las patrullas de vigilancia. **Lucha de clases: conversaciones con David Barsamian.** Barcelona: Crítica/Grijalbo Mondadori, 1997. p.162-184.
- COMAY, Michael. **Sionismo, Israel e os árabes palestinos: Perguntas e respostas.** São Paulo: Assessoria de Divulgação da Embaixada de Israel em São Paulo, 1983.

CULLA, Joan B. **Breve historia del sionismo**. Madrid: Alianza, 2005.

DEL ROIO, Marcos. **Uma nota sobre a teoria do imperialismo**. Disponível em <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT3/gt3m4c6.pdf>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2012.

DOBB, Maurice Herbert. **A evolução do capitalismo**. Tradução Manuel do Rego Braga. 9ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

DÖPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu. In.: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **História das Relações Internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2007. p.77-129.

DUROSELLE, Jean-Baptiste **Todo império perecerá: teoria das relações internacionais**. Tradução Ane Lise Spaltemberg de S. Magalhães Brasília: Ed. UnB, 2000.

FAYEZ, Ahmed. Prelúdio a Israel. In.: _____; SAYEGH, Fayez. **Sionismo na Palestina**. Rio de Janeiro: Delegação da Liga dos Estados Árabes, 1969.

FEREJOHN; John; PASQUINO, Pasquale. A teoria da escolha racional na teoria política: conceitos de racionalidade em teoria política. In.: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 16, n. 45, 2001.

FINKELSTEIN, Norman G. **Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina**. São Paulo: Record, 2005.

G1, 2011. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/10/eua-cortam-financiamento-unesco-apos-agencia-ter-admitido-palestinos.html>>. Acesso em 01 novembro de 2011.

GOMES, Aura Rejane. **A questão da Palestina e a fundação de Israel**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 5ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Trad. Cristina Pecequilo. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo negro, 2005.

HERZL, Theodor. **El estado judío**. La semana publishing co. ltda.: Jerusalén, 1976.

_____. **O Primeiro Congresso Sionista**. Tradução Equipe do Departamento de publicações da Federação Israelita do Estado de São Paulo. São Paulo: Federação Israelita do Estado de São Paulo, 1978.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções: Europa 1789 – 1848**. Tradução Maria Tereza Lopes Teixeira. 15ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **A Era do Capital (1848 – 1975)**. Tradução Luciano Costa Neto. 13ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Tradução Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2008.

_____. **A Era dos Impérios** (1875 – 1914). Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2009.

HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do Homem**. Tradução de Waltensir Dutra. 21ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.

KEOHANE, Robert. Realism, Neorealism and the Study of World Politics. In.: **Neorealism and its critics**. New York: Columbia University Press, 1986.

LAQUEUR, Walter. **A history of zionism: from the French Revolution to establishment of the State of Israel**, 2003. Disponível em: <<http://website.informer.com/visit?domain=free-books.us.to>>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. Campinas/SP: FE/ UNICAMP, 2011.

LUXEMBURG, Rosa. La acumulación del capital. In.: _____; BUJARIN, Nicolai. **El imperialismo y la acumulación del capital**. NETTL, Peter J. (org). Córdoba: Cuadernos de pasado y presente/51, 1975.

_____. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do capitalismo**. Tradução Moniz Bandeira. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.

MARTINS, Estevão. Prefácio. In.: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **História das Relações Internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Tradução Maria Lucia Como. 18ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

_____. **Para a questão Judaica**. Tradução José Barata Moura. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEARSHEIMER, John; Walt, Stephen. O lobby de Israel. In.: **Novos Estudos**. n. 76. São Paulo, 2006.

MORRIS, Benny. **1948: Israel e Palestina tra guerra e pace**. Traduzione di Stefano Galli. Milano: BUR Storia, 2005.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ONU. **Carta da ONU**, 1946. Disponível em: <<http://www.un.org/es/documents/charter/>>. Acesso em: 11 de março de 2012.

_____. **Resolução 181 da Assembleia Geral das Nações Unidas**, 1947. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/041/19/IMG/NR004119.pdf?OpenElement>>. Acesso em 03 de abril de 2012.

_____. **Resolução 194 da Assembleia Geral da ONU**, 1948. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/046/59/IMG/NR004659.pdf?OpenElement>>. Acesso em 03 de abril de 2012.

_____. **Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU**, 1967. Disponível em: <[http://daccess-dds-](http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/046/59/IMG/NR004659.pdf?OpenElement)

ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/241/30/IMG/NR024130.pdf?OpenElement>. Acesso em 04 de abril de 2012.

OZ, Amos. **Contra o fanatismo**. Tradução Denise Cabral. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

PINSK, Jaime. **Origens do Nacionalismo Judaico**. São Paulo: Editora HUCITC, 1978.

REICH, Robert. **O trabalho das nações: preparando-nos para o capitalismo do século 21**. Tradução Claudiney Fullmann. São Paulo: Educator, 1994.

REINHART, Tanya. **Destruir a Palestina: a segunda parte da guerra de 1948**. Tradução Ana Saldanha. Lisboa: Caminho, 2004.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à história das relações internacionais**. Tradução Hélio de Sousa. São Paulo: Difel, 1967.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **História das Relações Internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2007.

SCHOENMAN, Ralph. **A história oculta do sionismo: A verdadeira história da formação do Estado de Israel**. Tradução Carla Garcia Carrion e Rosângela Botelho. São Paulo: Sundermann, 2008.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Pacto da Sociedade das Nações, 1919**. Disponível em: <http://www.cedin.com.br/site/pdf/legislacao/tratados/PACTO_DA_SOCIEDADE_DA_S_NACOES.pdf>. Acesso em 03 de abril de 2012.

TSUR, Jacob. **A epopéia do sionismo**. Tradução Wilma Freitas Ronald de Carvalho. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1977.

VIDAL, Dominique. **O pecado original de Israel: a expulsão dos palestinos revisitada pelos “novos historiadores” israelitas**. Tradução Lígia Calapez. Lisboa: Campo de Comunicação, 2002.

VIGEZZI, Brunello. “Teóricos” e “historiadores” das relações internacionais. In.: DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá: teoria das relações internacionais**. Tradução de Ane Lise Spaltemberg de S. Magalhães Brasília: Ed. UnB, 2000.

WATSON, Adam. **The evolution of the international society: a comparative historical analysis**. London and New York: Routledge, 1992.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das relações internacionais**. Tradução de Maria Luísa Felgueiras Gayo. Lisboa: Gradiva, 2002.

WEBER, Max. **Estado e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. Volume 2.

WILSON, Woodrow. **Woodrow Wilson's "Fourteen Points" Speech, 1918**. Disponível em: <<http://web.fc.edu/faculty/mpyka/HIS105/19.%20An%20Age%20of%20Anxiety/Wilson,%20Fourteen%20Points.pdf>>. Acesso em 10 de abril de 2012.

ANEXOS

ANEXO A

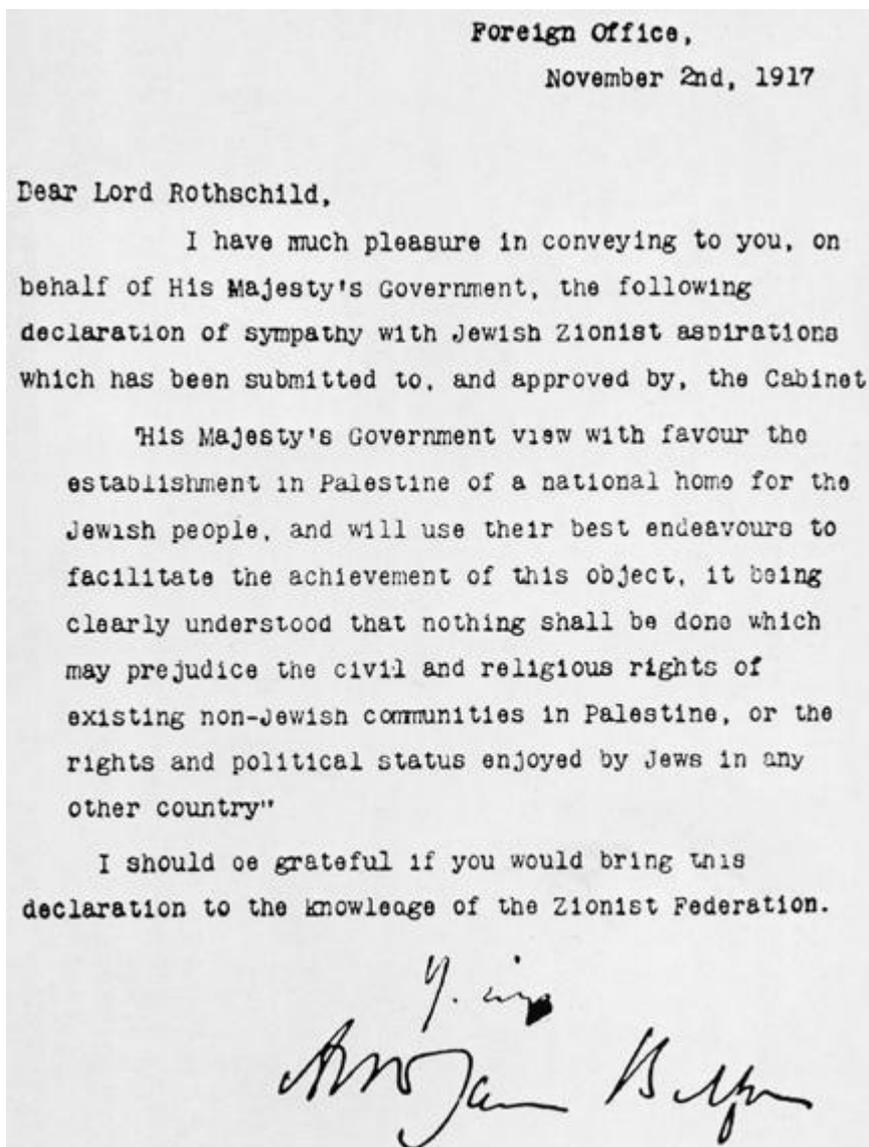
Mapa da divisão territorial da Palestina entre 1946 e 1999.



Disponível em: <http://democraciapolitica.blogspot.com.br/2012/05/palestina-numeros-de-uma-ocupacao.html>. Acesso em 11 de junho de 2012.

ANEXO B

Declaração de Balfour de 1917.



Disponível em Laqueur (2003).